



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 2127-A/09	DATA: 18/11/2009
INÍCIO: 11h32min	TÉRMINO: 15h46min	DURAÇÃO: 4h14min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 4h13min	PÁGINAS: 90	QUARTOS: 51

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Diretor de Administração e Suporte da Schahin Engenharia. FRANCISCO JOSÉ SILVEIRA PEREIRA - Perito do Juízo de Rondônia. PAULO FERNANDO LERMEN - Promotor de Justiça, Curador do Meio Ambiente, de Vilhena, Estado de Rondônia. CÉSAR CASSOL - Proprietário da Hidrelétrica Primavera. JOÃO ALBERTO NOGUEIRA - Diretor-Presidente do Conselho da Empresa Centrais Elétricas de Belém — CEBEL/S.A. APARECIDO DONADONI - Engenheiro Florestal e Agrônomo, responsável pela recuperação do meio ambiente referente à área do projeto. RÔMULO VASCONCELOS FEIJÃO - Superintendente de Fiscalização de Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, substituindo o Presidente da agência, Nelson José Hubner Moreira.

SUMÁRIO: Esclarecimentos sobre o rompimento da Barragem de Apertadinho, no Estado de Rondônia, e os recursos federais envolvidos na obra.

OBSERVAÇÕES
Há oradores não identificados em breves intervenções. Houve exibição de imagens. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Há termos ininteligíveis. Houve apartes paralelos fora do microfone. Ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - ... **Como** puderam observar

aqueles que ficaram aqui, temos uma pauta para ser votada e discutida. Nós estamos chegando perto do recesso, e esta Comissão precisa acelerar seus trabalhos. Mas pedimos desculpas, e vamos imediatamente, então, passar à segunda parte da reunião.

Esta audiência pública realiza-se a requerimento do Deputado Moreira Mendes para discutirmos o rompimento da Barragem de Apertadinho, em Rondônia, e os recursos federais envolvidos na obra.

Convido para comporem a Mesa os convidados.

O Sr. Francisco José Silveira Pereira, perito do Juízo de Rondônia, já se encontra presente? Por favor, queira vir fazer parte aqui da Mesa.

O Sr. Antônio Marchioni Castilho, Diretor de Administração e Suporte da Schahin Engenharia, que substituiu o Sr. Milton Taufic Schahin, já se encontra presente também?

Sr. Paulo Fernando Lermen, Promotor da cidade de Vilhena, por favor, peço que venha para a Mesa.

Convido também o Sr. César Cassol, Proprietário da Hidrelétrica Primavera; o Sr. João Alberto Nogueira, Diretor-Presidente do Conselho da empresa CEBEL S.A.; o Sr. Aparecido Donadoni, engenheiro florestal e agrônomo responsável pela recuperação do meio ambiente referente à área do projeto; o Sr. Rômulo de Vasconcelos Feijão, Superintendente de Fiscalização do Serviço de Geração da ANEEL, que substitui o Presidente da ANEEL, Dr. Nelson José Hubner Moreira, e que está a caminho; e o Sr. Leonardo Lins de Albuquerque, Diretor de Planejamento e Inspeção da CERON, substituindo Sr. Flávio Decat de Moura, Presidente da CERON, que não se encontra presente.

Informo que não puderam participar, apesar de convidados, o Sr. Rubens dos Santos Rocha, Diretor da Solosconsult, e o Sr. Amilcar Adamy, Vice-Presidente do CREA/Rondônia.

Agradeço mais uma vez aos convidados, e, novamente, desculpem-me pelo atraso.

[MF1] Comentário: Supervisor.:Myrinha

[p2] Comentário: Sessão:2127/09 Quarto
Taq.:Zagotto Rev.:



Antes de iniciar a exposição, quero esclarecer que o tempo reservado para cada um dos convidados será de 20 minutos, mas, dado ao nosso atraso, agradeceríamos àqueles que pudessem abreviar.

Deputado Moreira Mendes quer fazer alguma observação? Porque, se não, já vamos passar diretamente a palavra aos convidados.

(Não identificado) - Sr. Presidente, depois V.Exa. pode passar-nos a lista de inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Sim, será providenciado.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Rapidamente, Sr. Presidente, quero apenas lembrar aos pares, aos Deputados e Deputadas aqui presentes, que o nosso objetivo com esta audiência pública é levantar toda a questão do gravíssimo acidente ocorrido lá em Rondônia, na hidroelétrica, na PCH de Apertadinho, que originou uma devastação ambiental enorme, e apurar a responsabilidade sobretudo da empresa construtora, que, até onde eu fui informado...

Quero dizer que fui lá, pessoalmente, verificar o andamento na obra, e fiquei estarrecido com o que vi. Precisamos apurar essa responsabilidade. Alguém tem que pagar pelo dano ambiental e pelo prejuízo que se está causando, inclusive com relação ao fornecimento de energia, porque essa era uma PCH que já era para estar produzindo há mais de 1 ano, e está aí, toda paralisada, por conta da irresponsabilidade de quem construiu e dos responsáveis pela obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - V.Exa. vai ter a oportunidade de fazer os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Perfeito. Era esse o esclarecimento que eu queria fazer aos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Eu também queria fazer um esclarecimento, já que é a título de informação, sobre o mesmo assunto.

Já foi realizada uma audiência pública no ano passado, no dia 11 de junho de 2008, que contou com a presença do Sr. José Trajano dos Santos, geólogo da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do Governo de Rondônia; do Sr. Carlos Aristeu Mergem, ex-Chefe Executivo Regional do IBAMA em Vilhena; e do Sr. Antônio Marchioni Castilho, Diretor-Administrativo do Grupo Schahin. Essa audiência



ocorreu no ano passado, há mais de 1 ano, e agora, a pedido do Deputado Moreira Mendes, está sendo repetida.

Vou seguir a ordem daqueles que vieram para a Mesa. Não há nenhum critério nisso; é apenas para dar o andamento mais rápido possível. Vou conceder a palavra imediatamente a Francisco José Silveira Pereira, que é o perito do Juízo.

[P3] Comentário: Sessão:2127/09 Quarto
Taq.:Zagotto Rev.:

Sr. Francisco, o senhor pode usar este microfone. O senhor tem imagens para serem projetadas? Então, eu solicitaria que o senhor ficasse ali. Acho que facilitaria se todos pudessem fazer uma troca de lugares aqui.

Quero indagar ao Deputado Edson Aparecido se poderia ficar aqui no meu lugar por algum tempo. (Pausa.)

O SR. FRANCISCO JOSÉ SILVEIRA PEREIRA - Há um problema técnico, mas deve ser resolvido rapidamente. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Poderíamos, talvez, pedir que outro convidado inicie a sua fala, e depois retomariamos o depoimento do Dr. Francisco.

[P4] Comentário: Sessão:2127/09 Quarto
Taq.:Stella Maris Rev.:

Gostaria de chamar para fazer uso da palavra o Dr. Antônio Marchioni Castilho.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Muito obrigado.

Bom dia, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Eu gostaria, antes de mais nada, de falar um pouco a respeito do Grupo Schahin, já citado nesta sessão. É importante dizer que o Grupo Schahin tem uma história de 43 anos e está sediado na cidade de São Paulo. Foi fundado pelo Dr. Salim Taufic Schahin e mais um sócio, na ocasião o Sr. Cláudio Cury, e nasceu então a Construtora Schahin Cury. Ao longo destes 43 anos a empresa cresceu, e hoje atua na área de engenharia e construção, que é a área que represento neste momento, e é a área que tem contrato de construção com a PCH de Apertadinho, com a nossa cliente CEBEL.

Além da área de engenharia e construção, a Schahin também atua com empreendimentos imobiliários. Temos atuação na área de petróleo, prestando serviço há 30 anos, aproximadamente, para a PETROBRAS, na perfuração de petróleo e na manutenção de poços. Nós temos também uma área de telecomunicações, que foi responsável pela implantação de grandes projetos no



Brasil. Apenas para lembrar, nós somos responsáveis pela implantação da infraestrutura marítima ao longo de toda a costa brasileira, um dos maiores projetos já executados nessa área no mundo. Temos também um braço financeiro, composto por um banco, uma corretora de valores e uma financeira. Se não me falha a memória, são essas as nossas áreas de atuação.

Nesse caso específico, relacionado a esta audiência de hoje, a Schahin é uma empresa consorciada com uma outra empresa, também de muita tradição, que provavelmente é conhecida de V.Exas. e tem sede em Fortaleza, a EIT, empresa com mais de 50 anos de história também. E um consórcio, denominado Consórcio Construtor Vilhena, foi constituído para a execução desse contrato com a CEBEL.

É importante ressaltar que a Unidade de Engenharia e Construção da Schahin entrou nesse processo em dezembro de 2005, quando já estavam concluídas, por parte do nosso cliente, todas as formalidades necessárias para a implantação do projeto, ou seja, as licenças ambientais, as licenças da ANEEL, o projeto básico, enfim, todas as aprovações já haviam ocorrido. Vale lembrar que existe um histórico desse projeto que remonta ao ano 2000, quando foram feitos os primeiros projetos, a definição do eixo de barragem e todas as atividades inerentes ao projeto. O Consórcio Construtor Vilhena só entrou nessa história em 2005, tendo o contrato com a CEBEL sido assinado no dia 22 de dezembro de 2005.

Essa obra teve um andamento normal, absolutamente sem nenhum problema ou incidente relacionado à construção durante todo esse período, salvo algum descompasso eventual por problemas financeiros — que são normais, num projeto como esse —, vindo o acidente veio a ocorrer no dia 9 de janeiro de 2008, quando o lago já estava totalmente cheio e houve um problema no vertedouro da PCH. E, em consequência desse acidente no vertedouro, tivemos parte da barragem destruída.

Imediatamente após o acidente essa obra foi embargada pelo Ministério Público, tendo sido nomeado o Dr. Francisco, que está presente, como perito do Juízo. A partir de então passamos às tratativas para, de um lado, restabelecer, ou melhor, conduzir o assunto com nosso cliente, e de outro lado trabalhar, e muito, para que não houvesse maiores danos, maiores impactos, sejam ambientais, sejam com relação à população ribeirinha. Trabalhamos muito nesse sentido.

[P5] Comentário: Sessão:2127/09 Quarto
Taq.:Stella Maris Rev.:



Obviamente esta sessão está acontecendo porque não conseguimos chegar a um bom termo, mas estou aqui representando a Schahin Engenharia, parte do Consórcio Construtor Vilhena, e apenas para lembrar, para ciência de todos, por regra do Consórcio as empresas não podem manifestar-se sobre o assunto individualmente; então, estou aqui atendendo ao convite de V.Exas., mas fique desde já a informação e o pedido de minha parte de que tudo que for dito pela Schahin será levado também ao conhecimento da EIT, uma vez que ela não está aqui, acompanhando-nos neste depoimento.

Como eu disse anteriormente, sou diretor administrativo de áreas de suporte da Unidade de Engenharia e Construção do Grupo Schahin. Quanto àquilo que eventualmente não puder ser respondido por mim, ou por falta de informação, ou por qualquer outro motivo, fica desde já o nosso compromisso de apresentar posteriormente por escrito qualquer informação adicional que por algum motivo não possamos esclarecer neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Bem, agradeço a contribuição ao Dr. Antônio.

O Dr. Francisco José Silveira Pereira tem a palavra para o seu depoimento.

O SR. FRANCISCO JOSÉ SILVEIRA PEREIRA - Bem, vamos fazer aqui uma breve apresentação da perícia.

Esse trabalho foi iniciado imediatamente após o rompimento, 2 dias após o rompimento. Uma vez designado pelo Exmo. Sr. Juiz como perito, nós dirigimo-nos para a região e tivemos a oportunidade de, de helicóptero, acompanhar a propagação da **onda** de cheias, ao longo da bacia, até a chegada à hidrelétrica que fica abaixo de Apertadinho.

(Segue-se exibição de imagens.)

Bem, aqui vemos a localização da PCH Apertadinho. Como já foi mencionado, ela fica próxima ao Município de Vilhena, numa derivação da BR-364, no Rio Barão de Melgaço, ou Comemoração. É o primeiro desnível existente nesse rio. E abaixo está a PCH Eletrogoes, que deve já estar entrando em operação, uma PCH bem maior.

Aqui vemos, rapidamente, as características da usina: a potência é de 30 megawatts; 10 turbinas de 10; a área do reservatório, que é importante, de 287



hectares; o volume do reservatório, de 31 milhões e 700 mil metros cúbicos; a bacia hidrográfica, de 674 quilômetros; o tempo de residência, que é como chamamos o período que se gastaria com a vazão média para encher o reservatório, 14 dias; a altura da barragem máxima, 40 metros; enfim, mais alguns dados; a queda bruta desse aproveitamento seria de 122 metros.

Bem, aqui vemos algumas fotos de um pouco antes do acidente. Como os senhores podem verificar, a barragem já estava concluída, o vertedouro já tinha entrado em operação e a casa de máquinas estava em fase final de montagem.

O rompimento, como já foi aqui mencionado, deu-se em janeiro de 2008. Esse acidente foi muito bem acompanhado durante a fase de rompimento. Nós tínhamos lá um número considerável de engenheiros presentes quando aconteceu o deslizamento do vertedouro e o rompimento da barragem.

Já havia, um pouco antes do acidente, alguns indícios de que um *piping* estava ocorrendo no pé da barragem. Houve uma tentativa de construção de um filtro invertido, para reter o material fino que estava percolando sobre o vertedouro. A água que estava saindo lateralmente era barrenta, com sedimentos, e isso é o indício de um *piping*. Quer dizer, a água estava percolando sobre o vertedouro, carregando partículas finas. Houve a tentativa de construção de um filtro invertido. O processo foi bastante rápido, esse acidente.

Aqui vemos algumas imagens da barragem rompida, do vertedouro, que foi transportado a jusante com o rompimento; há uma imagem, a número 15, de instantes após o rompimento da barragem. Com o rompimento da barragem, o reservatório esvaziou-se em apenas 3 horas, o que provocou uma onda de cheias catastrófica. A parte a jusante, os 4 primeiros quilômetros, era um vale muito apertado — daí o nome, Apertadinho —, um cânion muito apertado, por dentro do qual corre o rio. Essa área toda foi arrasada, e esses sedimentos foram carregados para cima da casa de máquinas.

A seguir nós mostramos algumas imagens que foram obtidas da construção e de pontos que estão sendo questionados, ao longo dessa perícia, sobre a fase de construção do vertedouro, já que estamos trabalhando em um terreno, em uma fundação com alta permeabilidade.

[p7] Comentário: Sessão:2127/09 Quarto
Taq.:Ângela Ventura Rev.:



Nós fazemos uma descrição pormenorizada dos detalhes da construção, dos pontos que foram questionados sobre os métodos construtivos. Também fazemos um comentário sobre o tapete impermeável que foi colocado a montante, tapete esse mal dimensionado, pela extensão observada nas fotos, já que a destruição foi total. A obra foi praticamente destruída. Restou apenas uma parte da barragem de terra.

Para esse trabalho, nós tivemos que nos basear no projeto, em toda a sequência fotográfica da construção e em depoimentos de técnicos e de engenheiros que participaram do empreendimento. Nós levantamos uma série de questões sobre a concepção desse empreendimento: o tipo do vertedouro; a ausência de drenagem desse vertedouro, que tinha paredes de cerca de 20 metros de altura em alguns pontos. Esse vertedouro tinha uma estrutura relativamente leve, uma relação entre peso e volume baixa, embora demonstrasse condições de estabilidade, mas a ausência de drenagem ao longo desse vertedouro foi um dos primeiros pontos questionados.

Posteriormente surgiram desenhos dizendo que existiam drenagens, que foram questionados. Alguns engenheiros que participaram deixaram bem claro que essas drenagens foram feitas apenas no trecho posterior, no que nós chamamos de “rachão”, uma grande cavidade que surgiu ao longo da construção do vertedouro. Essa cavidade foi preenchida por material de grandes dimensões sem caracterização de filtro invertido, e ao longo desse nosso trabalho nós mostramos que a principal causa do rompimento se deu no trecho do rachão, no final do trecho 7 do vertedouro.

Aqui vemos algumas fotos da construção, do lançamento do concreto sobre o rachão, só que aqui não se mostra o que havia debaixo.

A questão do dreno os senhores vão poder verificar que é polêmica. O dreno foi feito apenas no trecho final, de uma maneira completamente diferente de alguns desenhos que foram apresentados *a posteriori*. Esses drenos na realidade não foram executados. Foi feito um dreno lateral do rachão, do módulo 7 até o final, com uma saída afogada. Esse assunto foi bastante bem esclarecido ao longo desse laudo.



Nós questionamos aqui as informações enviadas. Numa série de quesitos que foram formulados e foram respondidos, posteriormente verificamos que havia uma série de contradições do consórcio com relação às informações, entre aquilo que foi questionado e aquilo que foi informado.

Aqui nós estamos mostrando o pé do vertedouro. No projeto executivo não havia dreno, e logo em seguida aparece um dreno no projeto, nos desenhos *as Built*. Só que, na realidade, esse dreno que aparece nesse desenho *as Built*, quando foi feito o desenho, infelizmente não aparece em planta. E nós constatamos que esses desenhos foram feitos em janeiro de 2009. Em outras palavras, esses desenhos não têm validade alguma, porque não representam o que foi realmente construído; foram desenhos feitos *a posteriori*. E esses drenos, como nós podemos ver na fotografia seguinte, não foram construídos dessa maneira. Na realidade, não foram construídos esses drenos. Aqui mesmo dá para observar a construção dos drenos no pé da barragem. Esse dreno, como podemos observar, vinha do trecho em que estava havendo uma grande percolação da água, que era o do rachão, e nada tem a ver com aquele desenho executivo lá.

Aqui nós fazemos vários comentários sobre uma série de contradições entre as informações, porque depois fomos constatar, por uma sequência fotográfica, o que era verdadeiramente o rachão. Para muitos dos senhores que talvez não conheçam essa terminologia, quando foi feita a escavação para... A escavação foi nessa região, toda em arenito. Arenito aparentemente é uma rocha resistente, porém muito friável; ela decompõe-se muito rapidamente com a água. A água tem facilidade de erodi-la. Só de se passar o dedo sobre a pedra, assim, a areia solta-se.

Quando da escavação das fundações, ocorreu uma grande depressão, uma grande cavidade, que foi preenchida com blocos de rocha e posteriormente concretada. Esse é o chamado rachão. Com isso não houve uma preocupação. E nós já podemos observar, nessa foto aqui, que mesmo antes da entrada de operação estava havendo um *piping*. A água que estava percolando sobre o vertedouro estava carreando sedimentos. O processo já estava acontecendo do rachão para jusante antes da cheia. Ela estava programada mesmo para romper.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

[p8] Comentário: Sessão:2127/09 Quarto
Taç.:Maria Cristina Rev.:



O SR. FRANCISCO JOSÉ SILVEIRA PEREIRA - Há fotos que foram tiradas durante a construção e algumas que foram tiradas imediatamente antes do acidente. É que, para a tomada de providências, na tentativa de reter o processo de *piping*, o tempo foi muito curto. Nós descrevemos aqui, pormenorizadamente, todas essas providências que foram tomadas. As providências estavam corretas; só que não foi possível reter, porque o processo já estava bastante avançado e o rompimento foi muito rápido. Ocorreu o esvaziamento, como já mencionei, em 3 horas, e mal deu tempo de o pessoal sair dali. Até tratores e carros foram levados embora, não deu tempo de retirar, porque foi muito rápido o rompimento.

Aqui nós fazemos uma série de comentários sobre a questão dos desenhos *as Built*. Isso aqui é a casa de máquinas antes do acidente. Após o acidente, a água esteve acho que quase 10 metros acima, porque ela ficava a jusante, e grande parte do sedimento, talvez mais de 1 milhão de metros cúbicos de sedimentos que foram retirados do cânion, do Apertadinho, depositaram-se nesse trecho. Esse trecho até hoje ainda está obstruído, há dificuldades para rebaixá-lo. A casa de máquinas acabou ficando afogada e quase toda preenchida por sedimento. A destruição foi praticamente total. Apenas as partes das turbinas podem ser recuperadas, mas a parte elétrica/eletrônica foi totalmente destruída, assim como a estrutura de concreto também, praticamente. Boa parte dela foi destruída também. Pouca coisa se aproveita.

Aqui há umas imagens que seria interessante que eu pudesse ampliar, para que os senhores tivessem uma ideia da destruição seguida a jusante, que nós testemunhamos, em sobrevoo, com diversas coberturas fotográficas *a posteriori*, e atualmente nós temos já fotografias mostrando essa área em fase adiantada de recuperação.

Aqui nós podemos ver a chegada da onda de cheias. Imediatamente foi possível sobrevoarmos, quando a onda de cheias chegou à Eletrogoes. Eletrogoes é essa usina que está em construção a jusante. Os senhores podem ver aqui que se estava construindo o vertedouro, e a água passou por cima do vertedouro. Felizmente não houve rompimento da barragem.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. FRANCISCO JOSÉ SILVEIRA PEREIRA - Não, estava sendo bem construída. Essa barragem resistiu, mas já havia um amortecimento da onda de cheias; ela amorteceu-se porque, como eu mencionei, havia um cânion a jusante, com um desnível de 110 metros, quase. Esse cânion foi todo ele arrasado pela velocidade da água que atingiu seu interior. Esse material sedimentou-se, e a onda de cheias dirigiu-se à parte de jusante, à parte baixa, que é uma planície, uma planície sedimentar, com toda a área coberta por florestas.

Felizmente não houve nenhuma baixa. Houve uma série de providências que o Governo e a Defesa Civil tomaram. As proporções não foram aquelas que se estava imaginado. Não se tinha ideia do que ia acontecer com as cidades que estavam a jusante. Felizmente, essa barragem aqui funcionou também como um amortecimento. Boa parte da água ficou retida, e isso evitou que a parte abaixo da barragem de Eletrogoes sofresse danos maiores.

Aqui vemos já a fase de recuperação do cânion, o trabalho que está sendo feito pela empresa de Donadoni, de recuperação das áreas degradadas. É bom lembrar que, após o acidente, a empresa CEBEL tomou todas as providências para indenizar, para dar apoio à população ribeirinha que lá estava. E, discordando do que foi dito aqui pela Schahin, as providências foram tomadas exclusivamente pela CEBEL, atendendo ao apelo inclusive do Ministério Público, diante da preocupação com a população que morava ao longo, e as indenizações foram feitas sem maiores problemas.

Então, eis os dados: em menos de 1 mês as pontes foram reconstruídas. Em praticamente 1 mês foram reparados esses danos principais, com exceção dos danos sobre a vegetação, porque a floresta, no trecho inicial, foi arrasada. No trecho mais abaixo ela foi tombada. Hoje, sobrevoando a área, nós observamos que um trecho da ordem de 600 hectares, aproximadamente, da área que foi diretamente impactada já está em fase bem adiantada de recuperação.

Isso aqui é muito interessante. Essa é uma fotografia do cânion. Mostramos ali que a floresta foi arrasada até aquela altura superior da linha vermelha. Essa parte intermediária já está mostrando recuperação, porque essa área é extremamente perigosa. Particularmente, pedimos que não se tentasse recuperar essa área, em vista da possibilidade de perda de vidas humanas devido à

[p9] Comentário: Sessão:2127/09 Quarto
Taq.:Christiane Monteiro Rev.:



declividade dos taludes, porque isso foi praticamente entalhado; qualquer tentativa de trabalhar nessa área do cânion poderia significar acidentes graves com as pessoas que estivessem envolvidas nesse trabalho.

Mas hoje nós estamos observando que o processo natural de regeneração está bastante acelerado. Só o trecho do que foi cortado, entalhado, o arenito, é que não há como recuperar tão cedo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Dr. Francisco, seus 20 minutos estão quase chegando ao fim. Se o senhor puder acelerar...

O SR. FRANCISCO JOSÉ SILVEIRA PEREIRA - Sim.

Com a rapidez com que se processou o esvaziamento da barragem, ocorreram danos também no lago principal. Muito material do lago foi também carregado pelo esvaziamento rápido. Há inclusive uma foto aí de uma parte do lago.

Bom, nós fazemos uma série de questionamentos sobre as responsabilidades desse acidente. Foi muito bem testemunhada a ocorrência do rompimento do vertedouro. Ficou bem caracterizado que o rachão foi o principal responsável. No trecho do rachão, houve uma verdadeira sequência, quase um efeito dominó; a parte inferior do vertedouro elevou-se, seguida pela estrutura, e pelas fotografias foi possível ver que a tomada de água veio por último. Levou algum tempo para que ela fosse levada pelas águas. Então, o rompimento se deu na parte final do vertedouro.

Há uma série de documentos, imagens — esse é um trabalho bastante exaustivo.

Quanto à responsabilidade, observamos que existem realmente falhas na concepção do projeto. O projetista esteve ausente no decorrer da construção. Constatamos que ele esteve presente na ocasião do acidente, mas, durante a construção, não.

A nossa conclusão é que houve falha, sim, de construção. O grande responsável por esse colapso, por esse rompimento, foi a construção do vertedouro, a ausência de drenagem ao longo dos vertedouros. Um vertedouro dessa altura, com um aterro dessa altura, teria necessariamente de dispor de drenos, que foram tão discutidos, mas, constatou-se, realmente não foram executados.

[P10] Comentário: Supervisor.:Neusinha

[p11] Comentário: Sessão:2127/09
Quarto:27 Taq.:Christiane Monteiro Rev.:



Na parte superior, a montante, esse tapete horizontal de argila poderia ter reduzido em parte a percolação de água sobre a barragem. A extensão dele foi relativamente reduzida.

Uma série de falhas construtivas foram consideradas responsáveis por esse acidente. No entanto, existem também, sim, falhas no projeto. O projetista deveria estar acompanhando o empreendimento, o que não aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Vamos ter, depois, a fase do debate e do pronunciamento dos Deputados. Creio que, então, poderemos avançar em alguns esclarecimentos.

Agradeço ao Dr. Francisco a exposição.

Anuncio a presença entre nós do Dr. Rômulo de Vasconcelos Feijão, representando a ANEEL. Não temos lugar aqui, então, por enquanto, permanece S.Sa. na bancada dos Deputados.

Passo a palavra ao Dr. Paulo Fernando Lermen, Promotor da Cidade de Vilhena, para fazer agora o seu pronunciamento.

O SR. FRANCISCO JOSÉ SILVEIRA PEREIRA - Quero apenas fazer a entrega do laudo pericial ao Deputado Moreira Mendes.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Com a palavra o Deputado João Lira e, depois, o Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Era justamente isso que eu gostaria de solicitar, mas o Procurador já encaminhou ao Deputado Moreira Mendes. Eu gostaria que esta Comissão disponibilizasse aos Parlamentares uma cópia da perícia.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Com a palavra o Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, sou Relator de um processo no qual estamos também investigando o sistema elétrico, e um dos fatores é o acidente de Apertadinho. Portanto, eu pediria, por favor, que a fita gravada e todos os documentos fossem remetidos também para a CPI, para que eu

[p12] Comentário: O Presidente disse João Lira.



pudesse incluí-los como um dos elementos de prova nas apurações que lá estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Perfeito. Tenho a impressão de que o Deputado Silvio Torres, o Presidente da Comissão, não verá problema algum em essa documentação ser encaminhada para a CPI.

Também solicito a disponibilização do relatório para todos os membros da Comissão.

Concedo a palavra ao Dr. Paulo Fernando Lermen.

O SR. PAULO FERNANDO LERMEN - Bom dia, Sr. Presidente, demais Deputados. No dia 9 de janeiro do ano passado, aproximadamente às 20h, tivemos conhecimento, por intermédio dos bombeiros de Vilhena, de que havia ocorrido esse grave acidente. No dia seguinte, em torno de 8h, eu já havia ingressado com a ação cautelar de embargo total e, em torno das 15h, ou seja, 23 horas após o acidente, a juíza que estava substituindo havia concedido a liminar e nomeou o Dr. Francisco para fazer a perícia.

Dois dias após, o representante da CEBEL, que estava em Vilhena para receber a obra, Sr. Guilherme, compareceu à Promotoria. Fiz as notificações tanto da Schahin quanto da EIT, do consórcio e da própria CEBEL. Veio a Promotora do Meio Ambiente de Porto Velho, auxiliar do CAO do Meio Ambiente, para um reunião que aconteceu uns 4 ou 5 dias após.

No entanto, houve imediatamente, por parte da CEBEL, um oferecimento de auxílio aos ribeirinhos. Se não me falha a memória — e o Francisco pode me ajudar — 4 ou 5 pontes foram levadas embora, o que isolou as pessoas. Então, em questão de 2 dias a CEBEL já disponibilizou barcos, fez um levantamento, por meio de uma assistente social contratada na cidade, para indenizar as pessoas, e, em uma ou duas semana já havia feito acordo com todos os ribeirinhos, indenizando-os.

Qual foi a maior perda? Gado, animais. Da barragem até as primeiras residências, há uma mata nativa, aproximadamente de 10 a 15 quilômetros de distância, um cânion muito elevado.

Em seguida, fizemos a primeira reunião, na qual só compareceu a CEBEL, o IBAMA, a SEDAM, e começamos a elaborar um termo de ajustamento de conduta em relação ao meio ambiente.

[p13] Comentário: Sessão:2127/09
Quarto:28 Taq.:Christiane Monteiro Rev.:



A uma segunda reunião, uma semana após, compareceu o representante do consórcio e da Schahin, filho do Ministro Eros Grau, que se dispôs a auxiliar na elaboração do Termo de Ajuste de Conduta e também a assinar o termo. Enviou-nos, inclusive, *e-mail* de material para elaborarmos em conjunto o TAC, o mesmo acontecendo também com os advogados da CEBEL.

Quando concluímos o Termo de Ajuste de Conduta, que levou 15 dias, quase no final de fevereiro, marcamos audiência de novo em Vilhena. O consórcio, a Schahin e a EIT não compareceram e pediram uma nova data. Havíamos elaborado muitos itens do TAC por sugestão do próprio consórcio e da Schahin. Marcamos, então, uma nova data para a audiência, na Procuradoria Geral de Justiça, em Porto Velho, à qual compareceu o Secretário de Estado do Meio Ambiente, à época, o Sr. Augustinho Pastore; o Superintendente do IBAMA; o Procurador-Geral de Justiça e os representantes da CEBEL. Novamente, não compareceram o consórcio, nem a Schahin nem a EIT. A CEBEL concordou, desde que constasse no termo não como um reconhecimento de culpa, em aceitar os termos do TAC. Na época, o próprio Francisco já havia apresentado o laudo pericial preliminar, e, depois disso, tanto o consórcio quanto a EIT e a Schahin não compareceram mais.

Foi desenvolvido o processo preliminar do embargo. Foi liberada, mais ou menos no mês de março, logo após o TAC, uma parte do empreendimento, para mitigar o dano ambiental. No laudo definitivo, junto com a colaboração do Donadoni, o engenheiro agrônomo, apurou-se que o **dano** de matas nativas seria em torno de 682 e ainda um valor perto de 7 milhões de reais, só a parte ambiental.

Desde o princípio, tanto o IBAMA como a SEDAM de Rondônia autuaram a CEBEL — porque ela que estava ali — em cinquenta milhões de reais de multa, o que deu em torno de cem milhões de reais.

No TAC, tanto o IBAMA como a SEDAM concordaram em por enquanto não cobrar a multa, desde que se recuperasse o meio ambiente e, posteriormente, até num prazo máximo de dez anos, seria novamente apreciado se foi feita uma recomposição florestal satisfatória, pois que o dano é muito grave. Há lugares com 90 metros de altura, o cânion. O Francisco sugeriu que não se aproximassem de lá para tentar fazer qualquer recuperação, pois é muito perigoso.

[P14] Comentário: Sessão:2127/09
Quarto:29 Taq.:Maria Cristina Rev.:



Dentro do processo cautelar de embargo, a Schahin usou todos os artifícios procrastinatórios para que não se chegasse à conclusão da culpa efetiva. Inclusive, foi marcada, acho que no mês de agosto deste ano, ou junho, uma audiência do Perito do Juízo Dr. Francisco, junto com o engenheiro, não sei se da Schahin ou do consórcio, Sr. Guilherme. Foram tiradas as dúvidas, e ele inclusive na audiência propôs-se a apresentar documentos e um relatório da sua parte. Parece-me que não constou esse relatório.

No mês de setembro, o Dr. Francisco chegou a esse laudo definitivo, e propusemos, no dia 27 de outubro, baseados no laudo, uma ação civil pública pedindo o bloqueio de 6 milhões e 800 mil do patrimônio das empresas responsáveis pelo dano. O laudo aponta como sendo a construtora ou o consórcio de construtoras, a EIT e a Schahin. Pedimos também o embargo do patrimônio em torno de dois terços do valor da multa do IBAMA e da SEDAM, que gira em torno de 66 milhões de reais, para, lá na frente, podermos mitigar o dano causado ao nosso Estado de Rondônia e com maior dano ainda ao Município de Vilhena. No mês de fevereiro do ano passado, o Município teria à disposição 30 megawatts de energia, e haveria com certeza reflexo financeiro em imposto e emprego.

Concluindo, da minha parte, o juiz, provavelmente daqui a uma ou duas semanas, ao analisar, definirá a questão do embargo. Pelo que se percebe do próprio laudo pericial e de tudo que foi feito de levantamento, constata-se realmente que houve erro grave de execução, houve também um erro do projeto. À medida que se foi construindo a hidrelétrica, foram aparecendo falhas e não se fez um exame do resultado do que com certeza aconteceu.

Desde o princípio, se se observar aquela fotografia do vazamento, embaixo verão que a hidrelétrica já estava vazando. O terreno e o material utilizado foram totalmente de areia, e a areia por si só é um filtro de água. Pelo que se percebe, segundo a perícia, o vertedouro cedeu por baixo, onde havia vazamento, e aconteceu todo esse dano.

Não sei de quantos minutos ainda disponho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Aparecido) - De 5 minutos.

O SR. PAULO FERNANDO LERMEN - Mais 5 minutos. Se possível, eu gostaria de passar fotografias ou a filmagem mesmo.



(Segue-se exibição de imagens.)

Essas fotografias e filmagens estão no processo judicial, em Vilhena.

A fotografia 37 mostra o cânion cavado logo após a hidrelétrica.

A fotografia 38 mostra o leito do rio se formando.

Quanto à destruição, pelo que me recordo, havia lugares de até 500 metros de cada lado. Nos primeiros 4 quilômetros, a destruição atingiu 500 metros. Mais abaixo, onde baixaram as árvores, mais 2 quilômetros de destruição, que girava em torno de 100 a 500 metros.

A próxima fotografia mostra a água descendo.

Sr. Presidente, é isso que o Ministério Público de Rondônia, por meio deste Promotor, está fazendo em relação a esse dano ambiental.

Esperamos conseguir recompor, mitigar e diminuir as consequências disso que hoje é praticamente irreparável em relação ao meio ambiente de Vilhena e do Estado de Rondônia como um todo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Com a palavra o Deputado Devanir Ribeiro.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Sr. Presidente Edson Aparecido, em exercício, já são 12h30min. Hoje, a Ordem do Dia será iniciada às 13h. Se todos forem fazer suas exposições, precisaremos de outra audiência. Tenho várias perguntas a fazer a cada um dos expositores, ou a quase todos. Vejo que vamos só ouvir e não participar em nada.

O Promotor praticamente pegou as fotos do perito — ao qual também tenho perguntas. Não sei como V.Exa. vai coordenar isso, porque, daqui a pouco, teremos de nos dirigir para a sessão, pois o projeto do pré-sal está em pauta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - A palavra, primeiro, será concedida ao Deputado Nelson Bornier. Depois, eu a concederei aos Deputados Simão Sessim e Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, tendo em vista que ouvimos aqui as exposições do representante do consórcio da Schahin, do perito e do Ministério Público, Dr. Paulo Fernando, poderíamos diminuir o tempo dos demais,



apesar de saber que a participação é preciosa. Estou de acordo com o Deputado Devanir Ribeiro. A partir daí, poderíamos acelerar, porque sei que todos estão querendo fazer perguntas.

Essa é apenas uma proposta que faço à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Deputado Simão Sessim, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, esta é uma audiência pública da maior importância, pois que abrange uma série de depoimentos que vão dar a verdadeira radiografia do problema.

Acompanho o pensamento do Deputado Devanir. Teremos, regimentalmente, de encerrar às 13h. Então, por que não convocarmos para outro dia essa audiência, para que tenhamos tempo suficiente para discutir? Não é um assunto para encerrar com 2 ou 3 depoimentos. É muito importante ouvir todas as partes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Deputado Carlos Willian, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, nos últimos anos, participei, no mínimo, de umas 10 Comissões Especiais, das 3 últimas grandes CPIs desta Casa, sem falar de audiências como esta em que estamos aqui da Comissão Permanente.

Eu gostaria de parabenizar todos os convidados, que atenderam o convite desta Comissão sem saber se o tempo lhes seria reduzido ou se até mesmo seriam cortados. Eles viajaram, estão aqui para colaborar com esta Comissão. Marcar uma outra data seria inconveniente; deixar de ouvi-los também seria deselegante. O costume desta Casa é que a Ordem do Dia começa exatamente às 13h. Regimentalmente, não há necessidade de encerrar esta sessão, porque não estamos deliberando nada, só estamos ouvindo. Se fosse deliberação, teríamos de encerrar quando do início da Ordem do Dia.

Então, sugiro, com todo o respeito aos colegas que me antecederam, que, à medida que cada um sinta que deva estar presente no plenário para alguma votação ou até mesmo participação, façamos um revezamento. Quem achar que estar lá é mais importante que lá fique. Eu, particularmente, gostaria de ouvir todos.



Ficaria, portanto, a critério de cada um usar os 20 minutos ou não, desde que traga as expressões e a realidade. A cada momento fico um pouco mais confuso. Essa empresa chamada CEBEL, que está sendo responsabilizada e está fazendo o reparo dos bens ambientais, as indenizações, não sei em que participa, sendo que a responsável é a Schahin, como já foi demonstrado até agora. Os esclarecimentos de todos os senhores elucidariam bastante, a fim de entendermos esse *tsunami* do Apertadinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Deputado Moreira Mendes, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Rapidamente, quero dizer que devemos ouvir as pessoas que estão aqui. Como disse o Deputado Carlos Willian, não há necessidade de encerrar a audiência pública nem mesmo no processo de votação. Não estamos deliberando. Os Deputados vão lá e votam. Eu vou ficar aqui até o final. O requerimento é de minha autoria, é do meu Estado que se trata, e o assunto me interessa.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Eu gostaria de contraditar. Dessa forma, não dá.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Não, eu estou com a palavra. A palavra está comigo, e eu queria que V.Exa. me permitisse...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - O Deputado Moreira Mendes tem de fazer o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Eu estou com a palavra. V.Exa. pode me garantir a palavra, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Deputado Simão Sessim, vou permitir ao Deputado Moreira Mendes terminar e, em seguida, V.Exa. terá a palavra.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Exatamente.

Em vez de ficarmos discutindo aqui, vamos ouvir os interessados, que isso é o mais importante. Precisamos apurar a responsabilidade. Estou falando aqui pelo povo do meu Estado. Então, por favor, Sr. Presidente, vamos ouvir os convidados.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, para contraditar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Deputado Simão Sessim, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Dessa forma, com imposição, não dá. Regimento é Regimento, e é claro: não pode haver coincidência de reunião de Comissão Permanente com a do plenário.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - V.Exa. alegue quando começar a reunião, Deputado.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Uma coisa é a condescendência dos Deputados de permitir, mas às 13h, quando se iniciar, vamos ter de encerrar.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sr. Presidente, para contraditar o Deputado Simão Sessim.

Enquanto o Presidente da Câmara não mandar encerrar os trabalhos das Comissões não se encerra.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Isso é coincidência, Deputado João Magalhães. O Regimento é claro. É só lê o Regimento.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Só não podemos deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Nós vamos fazer o seguinte: esta Presidência...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Deputado Macris com a palavra.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, acho que há um fato incontestável. O Regimento Interno é que decide isso. V.Exa. haverá de consultar os nossos assessores e se não puder continuar a sessão a partir das 13 horas, não vamos poder continuar. Essa é uma questão regimental. É a lei interna da Casa que vai imperar. Acho que é esse o caminho que V.Exa. deveria seguir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Perfeito.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Sr. Presidente, também para falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Pois não, Deputada Solange.

[P17] Comentário: Supervisor.:Zuzu

[P18] Comentário: Sessão:2127/09
Quarto:32 Taq.:Nini Rev.:



A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL - Eu gostaria de dizer que já participei de inúmeras audiências públicas que passaram das 16 horas, com a sessão já em andamento, e foi totalmente acordado que não haveria problema.

Este assunto é de extrema relevância, já vem se arrastando há muito tempo. É uma vergonha! O que acabei de ver aqui não precisava nem mais de audiência pública, era simplesmente para a Justiça tomar as medidas cabíveis imediatamente.

Nós estamos aqui, as pessoas vieram de longe, Rondônia não é ali, não é aqui do lado. Temos que encerrar este assunto hoje, porque há fatos a se desenrolarem a partir desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Esta Presidência, após ouvir todos os Srs. Deputados, vai fazer o seguinte: vamos dar prosseguimento aos depoimentos, pedindo que eles sejam, evidentemente, o mais breve possíveis, e depois, num momento adequado, regimentalmente, tomaremos as medidas que terão de ser tomadas, nós ou o Presidente efetivo.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Sr. Presidente, devagar com o andar. Concordo com o Simão Sessim.

O Estado pode ser longe, pode ser perto, nós temos que encontrar outra forma, se queremos ouvir.

Primeiro, não vamos julgar ninguém aqui. Quem vai julgar é a Justiça. Se for levar ao pé da letra, nós vamos fazer proselitismo. Então, se já está na Justiça, o Promotor está aqui, o juiz já acatou, é outra coisa.

Então, não adianta dizer: "*Não, faz um revezamento*", e "*já houve sessão*". Esse negócio de dizer que já houve... Houve. Se a sessão continuar, eu vou ao plenário pedir ao Presidente para encerrar. Ora...

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - E eu vou pedir a ele para não encerrar a sessão.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Com esse desacato não pode. Então, porque eu sou o autor de um requerimento, por exemplo, eu mando na Casa?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Aqui não é Justiça, mas já estão querendo absolver muita gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Bom, nós vamos então...



O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Não, não pode absolver ninguém nem acusar.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Já estão querendo. Este Parlamento está querendo absolver...

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Já percebi que você já têm opinião preconcebida. Para quem sabe ler um pinga é letra. Eu já sei. Então, não precisa nem ouvir. Todo mundo já está sabendo o que vai fazer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Volto a dizer o seguinte: nós vamos retomar aos depoimentos. E no momento em que tiver que ser tomada a decisão por esta Presidência, ela será tomada, sob o ponto de vista de respeitar o Regimento da Casa.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Está certo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - O próximo depoente é o Sr. César Cassol, que é proprietário da Hidrelétrica Primavera.

O SR. CÉSAR CASSOL - Eu quero cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa, as Sras. e os Srs. Deputados, todos os presentes, a imprensa, e dizer que estou em Rondônia há 33 anos. Já construí 5 hidrelétricas, que, Graças a Deus, estão funcionando. Algumas deram dor de cabeça, mas estão funcionando. Já fui Prefeito em Rondônia, Deputado Estadual por 2 vezes e meu pai, Reditário Cassol, foi colega de vocês, foi Deputado Federal.

Então, atendendo ao convite de V.Exas, aqui estou para contribuir com o Congresso Nacional, com o Ministério Público, com o Judiciário naquilo que for justo dizer. Se alguém achar que não estou sendo justo, estou à disposição até para possível acareação, se necessário for.

Quero dizer que conheço Apertadinho, local do aproveitamento, há mais de 15 anos. Eu tinha interesse naquele aproveitamento. Mas quando procurei a ANEEL já havia outras na minha frente. É claro, não entrei. Então, tenho conhecimento de causa, estudei para fazer um projeto e simplesmente não entrei, não concorri por essa razão.

O que ocorre? Para se construir uma barragem é necessário, primeiro, limpar o local, limpar o material solto, a areia. Tem de tirar tudo fora, limpar, chegar na rocha. *"Ah! não tem rocha. É um arenito"*. Tudo bem, faça uma injeção de concreto.



Se fizer uma injeção de concreto e consumir mais calda de cimento do que o estudo programou, tem-se que fazer outra injeção próximo, e assim sucessivamente, até se fazer uma barragem abaixo, não acima. Seria a chamada fundação. Um prédio tem os pilares; uma barragem seria um pilar encostado do outro, até determinada altura, para a água não percolar por baixo da barragem. Isso não foi feito lá. Só no leito do rio, onde havia uma pequena cachoeira de 4 metros, havia um buraco e encheram de concreto. No restante, não houve injeção de concreto.

Não houve também a limpeza do local da barragem. Tiraram aquela areia mais escura, aquela areia mais fina, e deixaram abaixo, conforme vocês viram nas fotografias, uma areia amarela. Ela tem suporte, mas ela é filtro. O filtro de *(ininteligível)* — que Deus o tenha — era de areia. Então, a água passa por essa areia. E, no passar por essa areia, é claro que vai levar tudo embora.

Outro problema: antes dessa injeção de concreto, tem que haver um chamado cut-off, em que se vê a barragem em forma de uma pirâmide. Há séculos e séculos existem as pirâmides no Egito. Uma barragem é similar, só que embaixo. Seria tipo uma pirâmide inversa, para que a possível água que passar por baixo tenha aquele chamado cut-off, para a água não passar.

Aí vem a injeção de concreto: por cima vem um concreto dental, para daí começar a barragem em argila — em argila —, devidamente tratada. O que é o tratamento da argila? É dispor de uma umidade que dá uma compactação média de 100% — 98% já está ruim — a 106%. Se alguém que entende de construção de barragem quiser contestar, estou à disposição. Resultado: esse tratamento da argila não foi feito. Com argila, só se trabalhou no núcleo.

Quero contribuir com o perito da Justiça e com o Promotor, que estão vendo o caso desde o começo, e com os Congressistas. O que ocorre? O núcleo é o meio da barragem, a parte do meio. Ali colocaram argila. Mas a camada de compactação de um asfalto ou de uma barragem dever ter em média 20 centímetros, para entrar o rolo compactador. Fizeram essa camada com 60 centímetros e com 80 centímetros, não compacta. Não dá a compactação mínima necessária. Com isso, a água vem, encharca e leva a barragem embora.

A jusante da barragem é a parte de trás da barragem, onde seria necessário um filtro de areia grossa. Simplesmente não fizeram esse filtro de areia grossa. Na

[P19] Comentário: Sessão:2127/09
Quarto:33 Taq.:Denise Miranda Rev.:



escavação do canal, pegaram a camada mais fina de areia de cima, e a parte de baixo usaram na barragem. E uma areia fina. E usaram dentro da barragem a areia. Está lá o que (*ininteligível*) para baixo. O perito da Justiça falou de algo em torno de 1 milhão de metros cúbicos de material. Até hoje está lá muito dessa areia.

E na montante da barragem, a parte de cima, também usaram areia com um pouco de argila — só 20%, 30% de argila.

Então, realmente fizeram um sanduíche.

E, pior, é aquilo que eu falei no começo: para se fazer a barragem tem que limpar o local e as ombreiras, as laterais. Quando uma barragem tem 40 metros de altura, a ombreira tem que entrar, à direita e à esquerda, 10 vezes. Quarenta vezes 10, seriam 400 metros. Então, vão 200 metros, e voltam 200 metros na barragem. Seria o abraço da barragem, para a água não percolar.

Aí o que ocorre? Não é o caso do vertedor o problema, não. Um navio é de aço e flutua na água. O vertedor é de concreto. É claro que, veio a água, ele flutuou, foi embora — é natural. Mas toda a barragem estava comprometida.

Eu estive lá. Eu avisei o engenheiro Bosco, do Consórcio Schahin e EIT. Eu estive lá quando estavam começando a barragem, quando estava com uns 8 metros, 10 metros de altura. Eu falei: *"Engenheiro Bosco, como você está fazendo areia para baixo, areia para cima; no meio, uma argila; e essa má compactação aqui?"* Os caminhões encostavam, davam só uma esparramada naquele material, e já eram 2, 3 rolos em vez de compactação. Era uma má compactação. Só se se vai fazer uma laje de concreto na frente da barragem. Porque existem no Brasil barragens de 150 metros de altura feitas só de pedra, e pela pedra passa água. Mas aí se constrói uma laje de concreto na frente para impermeabilizar, para a água não passar.

Eu avisei o engenheiro Bosco, avisei o Deputado Cacá, lá de Pimenta Bueno, ao Prefeito de Pimenta Bueno, aos Vereadores de Pimenta Bueno que aquela barragem iria estourar e corria o risco de levar Pimenta Bueno embora. Eu avisei. Mas o engenheiro Bosco disse que havia engenheiros dos Estados Unidos, não sei de onde, e que aquilo estava certo, que era daquele jeito mesmo. Eu falei: *"Olha, pela experiência que eu tenho de barragem, pelo que eu aprendi no Rio Doce, em Minas Gerais, em Santa Catarina..."* — pois fui a várias usinas para aprender,

[P20] Comentário: Conferido.

[P21] Comentário: Sessão:2127/09
Quarto:34 Taq.:Marlúcia Silva Rev.:



porque nós pagamos o preço por errar. E aí o que ocorreu? A empresa Schahin EIT junto com o seu representante errou, e errou feio.

Eu já tive prejuízos nos meus negócios. Só que o meu funcionário, o meu engenheiro errou e eu paguei o preço por ele. Vejam o seguinte: uma empreiteira de grande nome, com vários patrimônios, tem lá um profissional em campo. Porque uma coisa é o engenheiro projetista, que faz o projeto; outra é o engenheiro de campo, que executa a obra. O que estiver errado no projeto o engenheiro de campo não pode executar. Não é porque o assessor de um Deputado mandou um documento que o Deputado vai assinar embaixo. Ele tem que ler primeiro. Porque senão o Deputado vai pagar pelo erro do Secretário, do assessor.

O engenheiro em campo é o responsável pela obra, não pode colocar uma barragem em cima de amontoado de areia, não pode fazer uma barragem em cima de um arenito ou numa rocha sem a injeção de concreto. Como os senhores sabem, há rochas em paredes de rocha, onde há fendas, e essa injeção de concreto é um concreto por pressão, ele vai naquelas fissuras, naquelas veias d'água e as tampa, porque senão aquela água que fica embaixo vai levantar a barragem; é o que se chama percolação, igual se levanta um navio. E isso não foi feito.

Alerto mais uma coisa ao Ministério Público, Promotor: o canal que foi feito lá, abaixo, também não tem drenagem; terá problemas. E há uma barragem abaixo, barragem secundária, que não chegou a encher, e que também terá problemas, porque ela também tem que ter um sistema de *cut-off* na frente, para prevenir, para quando a usina for funcionar, não haver rompimento.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CÉSAR CASSOL - Também não. Na própria Apertadinho há uma barragem principal, um canal e a barragem secundária. Para essa barragem secundária medidas preventivas devem ser tomadas, porque senão também vai romper.

Então, é natural. A empresa tem culpa, não tem? Cabe aos senhores e às autoridades competentes decidir.

Estou à disposição para contribuir com todas as autoridades, com o País.

Não é justo que a mídia nacional só fale mal e critique Rondônia. Rondônia reduziu 80% das queimadas e das derrubadas neste ano. Mas não vejo a imprensa



falar disso. O que vejo são pessoas nos grandes centros e a imprensa todo dia falarem mal de Rondônia.

Rondônia é o meu Estado. Estou lá a trinta e poucos anos. É onde escolhi para viver. É o Estado que mais cresce no Brasil, de 8 a 10%. Graças a Deus é o Estado que mais cresce.

Com a aprovação das usinas do Rio Madeira pela ANEEL, em Rondônia, hoje, em Porto Velho, não há nem como andar por causa do desenvolvimento que está ocorrendo. Por isso Rondônia merece respeito e o carinho de todos. Somos brasileiros, somos quase 2 milhões de brasileiros que fomos chamados pelo Governo Federal na década de 70 e estamos lá desenvolvendo o nosso Estado.

Era o que tinha a dizer.

Estou à disposição de todos para aquilo que necessário for para o bem da obra do Estado de Rondônia e do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Concedo a palavra ao próximo depoente, Sr. João Alberto Nogueira, Diretor-Presidente do Conselho da empresa CEBEL S.A..

O SR. JOÃO ALBERTO NOGUEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, somos o representante da CEBEL e no aspecto técnico praticamente tudo já foi dito sobre os eventos do acidente de Apertadinho.

Primeiro vou me apresentar. Sou João Alberto Nogueira, formado pela USP em 1967. Eu participei durante 27 anos e meio como engenheiro da Construtora Camargo Corrêa. Tive oportunidade de participar da construção de várias hidrelétricas; a última foi Tucuruí, no Paraná, onde fui gerente-geral. Posteriormente, eu me recolhi e fui chamado para assumir a direção da CEBEL, no momento em que esse grupo financeiro, comandado pelo Sr. José Osvaldo Morales, quis que eu assumisse. E nós assumimos a CEBEL em setembro ou outubro de 2007, única e exclusivamente porque a CEBEL não tinha condições de continuar, uma vez que havia na praça uma quantidade enorme de protestos e endividamentos. Era uma condição financeira muito ruim. Foi quando nós entramos e alavancamos recursos tanto da área privada quanto da área bancária para fazer a conclusão desse empreendimento. E, na medida em que nós entramos por questões financeiras, nós

[P22] Comentário: Sessão:2127/09
Quarto:35 Taq.:Lilian Rev.:



fomos atropelados, e entendemos, naquela oportunidade, que a barragem, no seu aspecto externo, uma vez construída por um grupo formado pela Schahin pela EIT, que conhecíamos de longa data, era uma obra confiável. Ela não resistiu ao enchimento do reservatório. As causas foram amplamente apresentadas pelo perito César, que participou em alguns momentos durante a construção, e nós nos colocaremos aqui à disposição para responder as perguntas que, porventura, os nobres Deputados queiram fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Vamos ouvir agora o Sr. Aparecido Donadoni, engenheiro florestal e agrônomo, responsável pela recuperação do meio ambiente referente à área do projeto.

O SR. APARECIDO DONADONI - Sr. Presidente, nobres Deputados, quero parabenizar V.Exas. pelos cargos que ocupam.

O SR. JOÃO ALBERTO NOGUEIRA - Com licença, Donadoni, eu só esqueci de complementar uma coisa. Nós não tínhamos recebido a obra quando ela caiu. A parte do barramento estava pronta e nós estávamos concluindo a linha de transmissão e as montagens eletromecânicas da casa de força.

O SR. APARECIDO DONADONI - Sr. Presidente, nobres Deputados, Deputado Moreira Mendes, quero parabenizá-los pelo cargo que ocupam, porque os senhores representam o povo brasileiro. Fiquei feliz em não ter que voltar para Rondônia para depois retornar aqui. Isso me encheu de orgulho porque mostra o respeito que os senhores tiveram para comigo.

Sou engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, tenho uma empresa que trabalha na área de meio ambiente. Minha sócia é minha esposa. Trabalho no projeto ambiental de Apertadinho desde o início. Fizemos o plano de controle ambiental naquela região, que é uma região propícia para PCH, dada a quantia de água, a queda natural que existe naquele cânion. Era um projeto realmente maravilhoso.

Durante a execução da obra trabalhamos cuidadosamente com o meio ambiente e recebemos uma vistoria do Ministério Público de Rondônia. Ao sair, após a vistoria da obra, eles bateram palmas para o trabalho que estava sendo feito na parte de meio ambiente. Foram passadas muitas imagens após o acidente. Eu queria que passassem algumas imagens antes do acidente.



(Segue-se exibição de imagens.)

Vejam que lago lindo esse de Apertadinho.

Para abreviar o tempo, vamos ficar por aqui com as imagens.

Infelizmente, nobres Deputados, essas imagens só ficaram na lembrança. Trata-se de uma triste lembrança que nós, de Vilhena, temos hoje na memória.

Quero dizer que, como responsável pela empresa que cuidava do meio ambiente, e cuida até hoje, no dia 31 de dezembro de 2007, 10 dias praticamente antes do acidente, estive lá monitorando o enchimento do lago. Estive sobre o vertedouro e percebi que ele tinha cedido 15 centímetros. Chamei o responsável pela obra e disse: *“Olha, ao que parece o vertedouro cedeu”*. Ele olhou para mim e disse: *“Isso acontece”*. Depois fui à jusante da barragem e vi que estava vertendo água, e novamente disse a ele: *“Rapaz, vai romper essa barragem”*. Ele disse o seguinte: *“Cuida da parte ambiental que nós cuidamos da parte civil, porque temos uma empresa responsável, vários engenheiros trabalhando nessa obra. Você cuida da parte ambiental”*.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Aparecido, permita-me interrompê-lo. O senhor então os avisou?

O SR. APARECIDO DONADONI - Eu avisei. Esta aqui o e-mail.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Eles foram avisados desse momento?

O SR. APARECIDO DONADONI - Eu cheguei em casa, tirei a minha caminhonete de cima da barragem, desesperado. Cheguei a minha casa e disse à minha esposa: *“Temos que fazer um relatório porque a barragem é Apertadinho e vai romper”*. E ela disse: *“Mas nós vamos meter o nariz onde não é da nossa conta?”* Isso foi no dia de 31 de dezembro. No dia 2, eu ia viajar para o Sul, visitar meus parentes, e ia deixar a minha equipe trabalhando. Eu disse: *“Olha, então, não vamos fazer um relatório, mas deixa eu passar um e-mail para os responsáveis”*. Está aqui o e-mail. Depois eu cedei a cópia a V.Exas. Vejam o que eu disse:

“Dia 31 de dezembro de 2007.

Bom dia. Temos feito vistorias rotineiras na PCH Apertadinho para acompanhar o processo de enchimento do lago. Não sou engenheiro civil e não deveria nem

[p23] Comentário: Sessão:2127/09
Quarto:36 Taq.:Rosane Resende Rev.:



mesmo emitir opiniões. Porém, está me preocupando o processo erosivo tanto a montante quanto a jusante nos taludes da represa principal. Não sei se alguém já o alertou quanto a isso, porém acho importante que se dê mais atenção quanto ao fato.”

No dia 2, eu viajei, fui ao Paraná. Depois saí do Paraná. No dia 9, à tarde, eu estava chegando a Americana, São Paulo, à casa dos meus pais, quando recebemos um telefonema ao celular, dizendo que a represa tinha rompido. A minha esposa olhou para mim e disse: “*Vou jogar na Sena e você vai ser o vidente, vai-me dar os números da Sena*”. Mas estava bem claro que aquilo ia acontecer.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, solicito esse documento e a remessa dele para a CPI, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Perfeito.

O SR. APARECIDO DONADONI - Hoje, olhando para trás, eu fico pensando que foi um sonho que não se realizou e é um pesadelo. Eu tenho uma equipe que está trabalhando, e quem está custeando é a CEBEL. Os construtores nunca estiveram lá presentes. Estamos reconstruindo, tentando minimizar os impactos. O trabalho é muito pesado, mas estamos fazendo. Quem perdeu? Foi o meio ambiente, foram os empreendedores que entraram de gaiatos, eu creio, e o povo de Rondônia, como disse César Cassol. Aquilo é uma vergonha para nós. É uma vergonha! Eu creio no País e em V.Exas. que são nossos representantes. Simplesmente aquilo não pode ficar assim.

Parabéns, Deputado Moreira Mendes, eu já votei no senhor, e ganhou o meu voto para sempre, enquanto for candidato, porque está realizando um trabalho, dando atenção para o seu Estado.

Eu **volto** para Rondônia esperando que alguma coisa seja feita e que seja solucionado o problema que temos em Vilhena hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Vamos dar a palavra ao último depoente desta audiência pública, o Sr. Rômulo de Vasconcelos Feijão, Superintendente de Fiscalização de Serviços de Geração da Agência Nacional de



Energia Elétrica — ANEEL, substituindo o Sr. Nelson José Hubner, Presidente da ANEEL.

Por favor.

O SR. RÔMULO DE VASCONCELOS FEIJÃO - Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Sílvio Torres e demais Deputados presentes.

Quero justificar a ausência do Dr. Nelson. Em função dos fatos recentes, ele está com a agenda complicada, portanto vim representá-lo em caráter de emergência. Inclusive, nem me preparei para o assunto específico da convocação que, na pauta, é sobre os prejuízos causados aos Estado de Rondônia e à União. Foi esse o tema solicitado ao Dr. Nelson.

Tentarei ser o mais breve possível e ficarei à disposição para debate.

Acho mais importante, já que a parte técnica foi relatada, falar basicamente sobre as ações da ANEEL que dizem respeito à fiscalização da geração. Basicamente isso.

Vou contextualizar. Farei uma breve introdução sobre o que é a fiscalização da ANEEL, que é formada por 3 superintendências: a primeira, econômico-financeira, como o nome já diz; a segunda, de eletricidade, responsável pela distribuição e transmissão; e a terceira, de geração, da qual sou superintendente, que diz respeito à fiscalização de empreendimento e geração até seu ponto de conexão.

No caso específico de Apertadinho, primeiro vou tentar contextualizar o processo de fiscalização que fazemos. É claro que um empreendimento hidrelétrico se inicia na chamada Superintendência de Gestão dos Potenciais Hidráulicos, onde acontecem os estudos, os inventários. Faz-se o inventário, em que se localizam os aproveitamentos ótimos, qual seria a melhor configuração para aquele rio. É feito isso. Depois entramos com o projeto básico. Quero deixar bem claro que a ANEEL não verifica nem faz cálculos estruturais. Nada disso. O projeto básico serve exatamente para ver se ele se adapta àquele potencial. A ANEEL, então, está preocupada com o potencial.

A responsabilidade do cálculo estrutural e execução é do agente.

Na sequência, vamos para uma outra área que é a de outorga e concessões. No caso desse empreendimento não houve concessão, mas autorização — são



concedidas autorizações para empreendimentos até 30 megawatts. Portanto, foi autorizado à CEBEL, quer dizer, foi outorgado à CEBEL, por um prazo de 30 anos, a exploração do empreendimento. Então, a CEBEL recebeu a outorga para esse empreendimento.

[P25] Comentário: Centrais Elétricas de Belém — CEBEL.

Quando começa a nossa atividade? Nossa atividade se inicia exatamente após a outorga. Não interessa se a obra está iniciada ou não, é aí que começa o nosso acompanhamento.

Acompanhamos a obtenção de licenciamento, até o início de obras, e isso se dará até a entrada em operação e posteriormente a própria operação, a vida útil do empreendimento. Basicamente, é esse o nosso processo de fiscalização.

Já havia feito uma apresentação, e isso já foi relatado recentemente à CPI. Mandamos formalmente o histórico completo. Portanto, nem vou-me ater a detalhes do histórico, mas quero dizer que já foi passado um empreendimento de 30 megawatts; houve a ocorrência em 9 de janeiro de 2008; dia 10 de janeiro, dia seguinte, enviamos 2 técnicos ao empreendimento, e, dia 11, foi iniciada, *in loco*, a fiscalização.

Nossa fiscalização não é onipresente. Não estamos no dia a dia do empreendimento. Para os senhores tem uma idéia do nosso universo, temos hoje mais de 2 mil empreendimentos em operação no País. São mais de 106 mil megawatts instalados, e temos a prerrogativa de fiscalizar todos eles por meio de pessoal próprio.

Temos apenas 18 técnicos na ANEEL, em Brasília, e agências estaduais, por meio de centralização, às quais delegamos a fiscalização. No caso, a ANEEL tem convênio com aproximadamente 13 ou 12 delas. E nós, a Superintendência de Fiscalização de Geração, trabalhamos com 9. Então, é feito dessa forma.

Então, voltando: dia 10 foram encaminhados 2 técnicos a campo, para verificarem a aceitação em que se encontrava o empreendimento. Com isso, foi gerado o termo de notificação com um relatório anexo. Foram feitas de 5 determinações nessa primeira fiscalização.

Não vou entrar em detalhes, porque essa é uma ação administrativa específica. Mas nós solicitamos, de imediato, a contratação de uma consultoria independente para gerar um laudo conclusivo e para também fazer a descrição das

[P26] Comentário: Sessão:2127/09
Quarto:38 Taq.:Gladys Rev.:



principais alterações realizadas no projeto básico para o executivo — alguma coisa que não tenhamos conseguimos detectar no dia a dia, porque não estamos no dia a dia do empreendimento. Portanto, se houve alguma alteração nesse sentido, deve ser enviado o executivo do projeto e um relatório conclusivo contendo os danos sofridos e o plano de recuperação.

Então, basicamente, a primeira fiscalização foi no sentido de fazer essas determinações. E também um novo cronograma, seja para a recuperação seja para entrada em operação. Foi dado um prazo de 30 dias após o recebimento desse relatório.

Na sequência, fizemos mais uma fiscalização *in loco* em fevereiro; fizemos uma terceira em junho, acompanhamento *in loco*; e uma quarta em dezembro de 2008. Ainda no ano de 2008, foi lavrado o auto de infração. Em agosto de 2008, houve uma multa pecuniária que foi lavrada em auto, e em junho de 2009, fizemos mais uma.

O empreendimento, neste momento, encontra-se paralisado e está condicionado, segundo a argumentação da própria CEBEL, à conclusão do projeto, para o que foi contratada a empresa Themag, que deve ficar pronto, segundo a própria CEBEL em janeiro.

Então, a retomada das obras de recuperação do empreendimento, segundo relatório de outubro que recebemos da própria CEBEL — recebemos mensalmente relatórios de acompanhamento, além das fiscalizações *in loco* —, está previsto para janeiro de 2010. Portanto, essa é a nossa ação de fiscalização.

A pena máxima que daríamos para um empreendimento desses seria a revogação de autorização, mas isso por si só não vai resolver o problema. Estaria resolvido o problema no âmbito administrativo, mas não o problema do Estado, que foi constatado, levantado anteriormente. Inclusive danos ambientais e físicos causados ao Estado.

Para complementar o que seria solicitado ao Dr. Nelson diria o seguinte: esse empreendimento teria um benefício, uma subrogação, um incentivo que é dado, porque é um empreendimento elétrico e estaria substituindo geração térmica. Este seria um empreendimento a sobrogado.



Não houve problema de energia no Estado. Que causasse o racionamento, não. Hoje isso está atenuado com a interligação. Então, não existe prejuízo com relação à geração neste momento. Era isso o que eu gostaria de colocar.

Em termos de números, hoje, na parte de expansão de oferta em que está inserido este empreendimento, temos mais de 500 impedimentos acompanhados por nós, com quase 41 mil megawatts já outorgado pela ANEEL. São empreendimentos que estão na fase outorga, com obras iniciadas ou não.

Portanto, era isso que eu queria relatar e estou à disposição para qualquer questionamento.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - O senhor poderia citar a queima de fósseis. Qual será mais ou menos o valor do prejuízo?

O SR. RÔMULO DE VASCONCELOS FEIJÃO - Neste momento, não posso precisar o valor. Também não posso dizer o valor do prejuízo. A energia, no caso de Rondônia, é subsidiada. Quem paga por ela é o País, o Conta de Consumo de Combustíveis — CCC. Portanto, não posso precisar esse número agora. Posso até tentar avaliar internamente. Esse número não trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Vamos dar encaminhamento aos trabalhos.

Agradecemos ao Dr. Rômulo.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, da mesma maneira, quero solicitar todos esses relatórios. Configura-se que alguns relatórios foram falseados para que a obra chegasse aonde chegou. Então queremos remetê-los à CPI para que possa fazer a apuração devida.

Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Não há nenhum óbice para que os documentos apresentados nesta sessão de hoje não sejam enviados à outra Comissão. Não há problema algum.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, um instantinho. Sobre os relatórios, as verificações que a ANEEL fez, gostaria que me fossem remetidos, por favor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Perfeito. Desde que a ANEEL os encaminhem a esta Comissão de Fiscalização e Controle, em seguida nós poderemos encaminhá-los a outra Comissão.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Esta minha solicitação por favor.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, não é nenhum questionamento, mas não entendi o posicionamento do representante da ANEEL. Se, no Estado, a energia é subsidiada, se quem a paga é o povo brasileiro, e se ela deixou de ser gerada, como é que não houve prejuízo? Não entendi bem a posição da ANEEL. Assim como ela não conseguiu explicar o apagão até agora, assim também não conseguiu explicar o *tsunami* de Apertadinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Deputado Carlos William, V.Exa. está inscrito. Então no momento da sua inscrição este questionamento poderá ser feito

A Presidência vai dar início à segunda etapa desta reunião, que é exatamente o pronunciamento dos Srs. Deputados. Há uma lista com 6 inscritos. Mas primeiro vou dar a palavra ao Deputado Moreira Mendes, autor do requerimento, por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Obrigado, Sr. Presidente. Não sei se durante 10 minutos vou conseguir fazer todas as perguntas e questionamentos. Esse é um assunto muito grave e que merece uma atenção especial de todos nós.

Quero de uma forma muito especial agradecer a todos os convidados, especialmente os nossos conterrâneos do Estado de Rondônia que se dispuseram vir aqui trazer informações extremamente úteis para a formação da convicção e do conhecimento dos Srs. Deputados que compõem esta Comissão.

Quero lembrar que sou o Relator designado para uma PFC que não foi da minha autoria. Fui surpreendido pelo Presidente quando me designou para relatar essa PFC. Até inverti a ordem, porque geralmente as audiências públicas se fazem depois que apresentamos o plano de trabalho. E justifiquei no dia em que fiz o requerimento exatamente por conta do tempo. E percebo que agi de forma correta. Porque está aqui muito claro o que aconteceu no Estado de Rondônia.

[p27] Comentário: Sessão:2127/09
Quarto:39 Taq.:Jacira Rev.:



Vou começar com um requerimento que não é bem um requerimento. Acho que vou fazer isso como diligência pessoalmente, o que me cabe como Relator da PFC, porque o autor do projeto dessa PCH já foi convidado 2 vezes e não compareceu. Como não podemos obrigá-lo a vir aqui falar da sua responsabilidade com relação ao projeto — é o Sr. Rubens Rocha —, vou até Belo Horizonte conversar com ele, saber qual é o problema.

(Não identificado) - Pode se hospedar na minha casa, Deputado. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Quero saber por que ele se esconde, por que não vem aqui publicamente dizer se tem ou não tem responsabilidade, se o erro é do projeto ou da construtora. Isso precisa ser apurado. Portanto, quero comunicar à Comissão que vou a Belo Horizonte, parece-me que a empresa de projetos é a Solosconsult Engenharia Ltda, que tem à frente o Sr. Rubens Rocha, que se eximiu da sua responsabilidade. Vai lhe custar caro se ficar comprovada a sua participação nisso, pois, depois, vamos denunciá-lo ao CREA para que tome as medidas devidas, porque profissionais como este não pode continuar prestando serviço se ele se recusar a prestar os esclarecimentos.

Da mesma forma, quero aqui fazer comentários sobre a empresa Schahin. Não imaginava isso do ilustre representante dessa grande empresa. E tem razão o Sr. Antônio Castilho quando colocou, aqui com muita propriedade, que a Schahin é uma empresa muito grande, de nome nacional. Foi ela que construiu o Projeto SIVAM no meu Estado. O pessoal de lá sabe disso. Quantas obras fizeram por lá! Como é que não assume a sua responsabilidade? Como é que se ausenta do Estado como fizeram? Como é que apresenta isso tudo? Eu já averigui em uma diligência pessoal em Porto Velho e em Vilhena. Deram, inclusive, nome e endereços falsos do responsável técnico pela obra. Isso está dentro do processo judicial que tramita. Como é que o Dr. Antônio veio aqui dizer que tomou todas as medidas no sentido de mitigar o dano causado no Estado e ficou aqui sobejamente demonstrado que eles não participaram em nada, ao contrário, eximiram-se, ausentaram-se? O Promotor Paulo Fernando deu informações claras de que eles, por 3 vezes seguidas, se recusaram a comparecer. Como uma empresa do porte da Schahin, conhecida nacionalmente, não assume uma responsabilidade como essa? Se fosse em qualquer outro país civilizado já teria assumido, já teriam declarado.



Aliás, quero aqui fazer um outro comentário. **Inclusive** esta empresa, até onde sei, tem ações negociadas na bolsa e omite dos seus balanços esta informação, que é gravíssima, que é uma coisa séria. Um empreendedor minimamente responsável já teria tomado todas as providências ao lado da Prefeitura de Vilhena, do Ministério Público, do IBAMA, da sociedade local do Estado, estendendo a mão como a dizer: "*Nós estamos aqui para contribuir*".

Mas, infelizmente, não fizeram nada, omitiram-se, abandonaram a obra. Nem o seu engenheiro responsável pela obra, aquele que declarou ao Donadoni: "*Cuide do ambiental que eu cuido da obra*". O resultado foi o que vimos aí, que eu não vou nem perder tempo, porque eu já decorei este assunto, de tanto ver, ler e rever este relatório e ver as fotografias.

Quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estive lá, há cerca de um mês e meio, para visitar a obra. É um horror! É uma coisa que incomoda a gente. Quando vejo o Donadoni, que se emocionou aqui ao começar a falar, da beleza que ele estava construindo, do ponto de vista do meio ambiente, e o desastre que ficou naquela região, uma coisa assim, um *tsunami* mesmo.

Tem algumas fotografias que mostram a devastação da floresta. Se não fosse essa bendita floresta a outra barragem de baixo não teria resistido, porque o que segurou aquilo foi a floresta que foi devastada. As fotografias mostram as árvores todas tombadas. Foi segurando o efeito da onda que a segunda hidrelétrica embaixo conseguiu resistir, porque senão a cidade de Pimenta Bueno, que fica logo abaixo, teria sido devastada.

Como é que uma empresa, Dr. Antônio, do porte da Schahin, não tem coragem de assumir uma responsabilidade dessas? Ou pelo menos de dividir solidariamente com a outra, que cedeu como fez, levou a cacetada, levou a paulada, mas ficou lá na comunidade, ajudou e está lá fazendo a sua parte. Por que a outra empresa, a EIT, também não compareceu? Qual é o problema? É problema com Rondônia, ou acham que lá só tem índios com um osso furado no nariz e não sabemos o nosso direito? Estão enganados porque Rondônia tem estrutura sólidas, tem instituições que funcionam. Está aqui o nosso Ministério Público, está lá a SEDAM que prontamente agiu, o Governo do Estado, que também foi solidário e estendeu a mão. Lembro-me disso porque conversava com o Governador Cassol e

[P28] Comentário: Sessão:2127/09
Quarto:40 Taq.:Sherlei Rev.:



ele prontamente colocou vários equipamentos, vários órgãos do seu Governo para ajudar na minimização dos problemas que ocorreram.

Fica aqui este recado claro à Construtora Schahin de que essa não é a forma correta de uma empresa como a Schahin tratar algo tão sério assim. Deveria ter assumido a corresponsabilidade, no mínimo, junto com a outra empresa e com o engenheiro responsável, que também foge da sua responsabilidade.

Quando vi aqui uma referência — e quero dizer que é uma opinião pessoal — de que a contratada da Schahin é uma advogada, adjetivada como filha do Ministro do Supremo Tribunal, Eros Grau, entendi que significa claramente que querem judicializar a questão, querem fugir da responsabilidade e jogar para cima do Judiciário. Mas estão enganados porque nós aqui no Congresso Nacional, nesta Comissão ou nessa PFC que eu relato, assim como na CPI, haveremos de encontrar os caminhos para punir os responsáveis, seja quem for, seja da CEBEL, seja da Schahin, seja o engenheiro que negligenciou quanto a sua obrigação.

Acho que não vou nem perder tempo em estar questionando porque isso tudo ficou aqui claramente demonstrado. Houve falha, não sei se do projeto, mas com certeza da parte construtiva. Até eu que não sou engenheiro, sou advogado, conheço um pouco de construção, e dá para perceber claramente que não houve falha na construção. Se o projeto estivesse errado, o que deveria ter feito o engenheiro responsável da Schahin era não permitir que a obra continuasse, como disse o César Cassol. Isso é o mínimo. Como um médico que vai fazer uma cirurgia, se ele não estiver com os exames certos ele não faz a cirurgia. Este é o seu papel.

E assim deveria ter sido o da Schahin.

Eu quero fazer aqui uma pergunta sobre um engenheiro aqui citado, acho que pelo Donadoni. É aquele engenheiro que disse: “*Cuida da parte ambiental que nós cuidamos da parte civil*”. Eu gostaria de saber o nome desse engenheiro. Qual o nome desse engenheiro, para ficar registrado nos Anais e para depois também ser questionado pelo CREA de Rondônia, porque isso estará aparecendo no relatório. Eu queria que V.Sa. deixasse consignado o nome da pessoa.

Outra coisa me chamou a atenção. A empresa chegou ao ponto de maquiagem os projetos e inventar lá, na última hora, o desenho de uma máquina — e ali ficou claramente demonstrado pelo Chico. No desenho dos projetos originais não

[P29] Comentário: Sessão:2127/09
Quarto:41 Taq.:Lilian Rev.:



aparece, mas na última hora, feito depois, aparece lá. Isso é absurdo! Está claramente o desejo de maquiar a coisa e de não permitir que seja apurada aquela questão do rachão.

O SR. APARECIDO DONADONI - Deputado, no início da obra, quando se ia começar a construção, eu estive no empreendimento e falei com o engenheiro João Bosco. Falei: *"João, me preocupa muito uma coisa aqui nesta obra"*. Não tinha começado nada. *"O que foi?" "Olha, me preocupa aqui o solo. É a única coisa que me preocupa nesta obra. O solo é muito frágil. Vai ter que se ter uma grande preocupação com a fundação dessa obra"*. Ele me disse uma coisa que eu gravei. Ele falou assim: *"Eu estou acostumado a construir em areia de praia"*. Eu falei: *"Bom, se você está acostumado a construir em areia de praia, isso aqui é filé, é terra de cultura para você"*. E fiquei quieto.

No dia do rompimento, não foi ao engenheiro, foi ao empreiteiro que estava em cima da barragem que eu falei assim: *"Rapaz, isso aqui cedeu e, se cedeu, o solo trabalhou"*. Aí ele falou assim: *"Olha, cuida da parte ambiental. Isso aqui acontece. Isso aqui vai se acomodar"*. E eu fiquei preocupado. Eu estava com a caminhonete em cima e eu a tirei porque eu tinha certeza de que aquilo iria se romper.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Prossiga, Deputado Moreira Mendes.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Para concluir, quero dizer o seguinte, ainda falando da Schahin — e quando eu me refiro à Schahin, lógico que eu estou me referindo à EIT e também ao engenheiro responsável. Está aqui o contrato feito com a CEBEL, que tem um capítulo todo aqui definindo. Eu não vou nem perder tempo em ler as responsabilidades da empresa com relação ao processo construtivo. Então, o mínimo que tinha de fazer era vir aqui reconhecer, vamos fazer, vamos somar forças e vamos recuperar. Eu sei que é difícil defender o indefensável. Quero elogiar o Dr. Antônio e quero dizer aqui que contra fatos não há argumentos. Está claramente demonstrado que houve um erro técnico gravíssimo de construção.

Quero fazer, por fim, uma pergunta ao Sr. João Alberto Nogueira, que é o Diretor Presidente do Conselho da CEBEL. Uma coisa que não ficou muito clara:



quando o grupo que V.Sa. representa assumiu efetivamente o controle, essa obra estava pronta, já para ser entregue? Quanto tempo permeou entre a data em que vocês assumiram o comando acionário e o desastre ocorrido?

O SR. JOÃO ALBERTO NOGUEIRA - Pois não, Deputado. Em setembro de 2007, esse grupo assumiu o controle acionário da CEBEL em função da situação financeira que ela vivia. Nesse momento, a obra se apresentava da seguinte forma: ela tinha toda a parte do barramento praticamente pronta, faltando apenas os acabamentos externos de gramado na parte de jusante, enrocamento da última etapa da crista na parte de montante. O vertedouro pronto. Então, quando assumimos, havia entre nossa assunção e a geração tínhamos como tarefa terminar as montagens eletromecânicas da casa de força, concluir a montagem do último pedaço do conduto forçado que une a casa de força e a construção da linha de transmissão. A parte de barramento estava pronta.

Era esse o ponto.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Estou satisfeito com a resposta. Está claro que compraram uma bomba de efeito retardado. Compraram em setembro, quando foi em janeiro explodiu tudo.

Para encerrar, também pedi para fazer a conta de quanto perdemos no Estado com o consumo de combustível fóssil. A sociedade brasileira pagou cerca de 200 milhões de reais para as máquinas funcionarem e produzirem energia na termelétrica de Rondônia, consumindo óleo *diesel*. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto, também fui atrás para investigar e descobri que grande parte dos que financiaram e assumiram esse empreendimento são fundos de pensão, inclusive da PETROBRAS, que, na verdade, é dinheiro público também. Daí a razão de estarmos aqui investigando.

Para finalizar, quero dizer, com todo o respeito ao Sr. Antônio, que, além de não ficarem na cidade, de se recusarem a participar das audiências públicas promovidas pelo Ministério Público e pelo juiz, de não participarem em nada do processo de mitigação dos danos causados ao meio ambiente e às pessoas que lá viviam, ainda deixaram um rombo na cidade. Fui informado pelo Prefeito que apenas de ICMS na cidade de Vilhena o prejuízo chega a quase 2 milhões de reais. É essa

[P30] Comentário: Supervisor.:Luciene Fleury

[p31] Comentário: Sessão:2127/09
Quarto:42 Taq.:Cláudia Márcia Rev.:



empresa que se apresenta ao Brasil como séria. E repito: é a Schahin junto com a EIT.

Sr. Presidente, obrigado. Não tenho nada mais a acrescentar, a não ser agradecer a todos os conterrâneos, Sr. Antônio, Sr. João Alberto e ao representante da ANEEL, por terem participado desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Passo a palavra ao Deputado Nelson Bornier, próximo inscrito.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, senhores convidados desta audiência pública, autor do requerimento, Deputado Moreira Mendes, ouvi atentamente cada um dos convidados e o autor do requerimento. Vejo sua preocupação, Deputado Moreira Mendes, principalmente para com os moradores da região de Vilhena. Essa situação deve atingir também outros municípios e V.Exa., por ser Deputado daquela região, tomou para si a responsabilidade de provocar esta audiência pública.

Ouvi atentamente cada um dos senhores. Se eu estiver errado, quero me corrijam. Entendo que a CEBEL é a detentora do projeto, é realmente a proprietária do empreendimento. Ouvi com muita atenção a exposição feita pelo Sr. Antônio Castilho, um dos representantes do consórcio de Vilhena, que entendo também estar representando a EIT. Assisti atentamente à palestra do promotor, representando o Ministério Público, que deixou evidenciado que, por parte do Ministério Público, houve procrastinação no que diz respeito às informações e à participação do consórcio. E quando eu digo isso refiro-me à Schahin e à EIT nas informações da participação.

Também ouvi com muita atenção o Sr. César Cassol, que falou da sua experiência na construção de hidrelétricas, mostrando realmente seu potencial e nos dizendo que construiu 5 hidrelétricas. Fiquei muito preocupado quando, na exposição do Deputado Moreira Mendes, tomamos conhecimento dos investimentos de fundos de pensão. Temos a obrigação, agora mais do que nunca, de elucidar o desastre que ocorreu em Rondônia, até porque temos a obrigação, na condição de Parlamentares, de zelar pelo dinheiro público.

Gostaria de perguntar primeiro ao Sr. João Alberto, Diretor-Presidente da CEBEL.



Não sei como V.Exa., Presidente Silvio Torres, irá proceder. Vou fazer as perguntas e eles vão responder? Ou será em bloco de 2 ou 3 Parlamentares?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deputado Nelson, vou acumular as perguntas. Peço a todos que se atenham aos 3 minutos que cada um dispõe regimentalmente.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Então, vou fazer perguntas ao Sr. João Alberto.

Gostaria de saber o valor desse empreendimento; o valor gasto até o momento do desastre ocorrido em janeiro de 2008; o valor efetivamente gasto pela empresa Schahin — o consórcio ganhou para poder fazer o empreendimento.

Quero saber valor do investimento feito até janeiro de 2008. Essa é a primeira pergunta que faço ao senhor.

Segunda: qual é o andamento desses contratos com fundos de pensão? Tudo bem, sabemos que há prazos contratuais para que seja iniciada a liquidação, ou, pelo menos, o início do pagamento desses empréstimos.

Quero saber se há algum seguro para assegurar o empreendimento; se, em razão do desastre, há algum seguro, ou um valor pactuado na apólice e se já foi comunicado, ou seja, em que pé que se encontra.

Quero saber tudo isso do nosso construtor, depois de ouvir o promotor, o perito, o Sr. César Cassol, com sua experiência, e o Sr. Aparecido Donadoni, porque me preocupa muito o fato de que esta é uma empresa que participa de licitações nacionais, como da PETROBRAS, uma das maiores empresas do Governo Federal. E o senhor tem dívida em Rondônia e está participando de licitação.

Não vou me alongar, Sr. Presidente. Temos de comunicar aos órgãos governamentais que essa empresa não tem condições de participar de nenhuma licitação, dado o que nós ouvimos aqui do promotor, representante do Ministério Público, porque está mais do que comprovada a existência fatal da responsabilidade do Consórcio Vilhena, representado pela EIT e Schahin.

Não temos condições de deixá-lo participar de nenhum certame licitatório, de nenhuma empresa do Governo, de nenhuma parte em que haja Governos municipais, estaduais e federal. Há que se saber, ouvir deles que participam de construções de plataformas e outras coisas mais, que deixaram o Estado de



Rondônia, as cidades vizinhas a Vilhena na situação em que se encontram, como dito pelo autor do requerimento e pelo Sr. César Cassol.

Vou citar o exemplo do Sr. Aparecido Donadoni, que, no dia 31 de dezembro, preveniu os técnicos e o engenheiro que aconteceria isso — e aconteceu.

Estou aqui também para dizer da mesma forma: Sr. Donadoni, vamos tomar as providências necessárias a fim de que outros casos não venham a acontecer com o uso de dinheiro público. Já que esse consórcio, ou a Schahin, trabalha para empresas do Governo, daqui a pouco estaremos também sofrendo outros desastres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deputado, lamento dizer a V.Exa. que já foram utilizados 8 minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, fiquei muito atento aqui, confesso a V.Exa. Peço-lhe desculpas se estou passando do tempo, mas gostaria de saber efetivamente da irresponsabilidade de uma empresa dessas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Está V.Exa. fazendo diversas perguntas.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Quero saber do Presidente da empresa empreendedora o valor do custo feito até a data do desastre; se há seguro; o valor da apólice assegurada; se foi feito algum pagamento por parte dos investidores; como estão esses contratos; quais são os prazos de duração, início e pagamento; se é certa a retomada das obras; e de onde virá o capital para essa retomada, já que se falou aqui em janeiro de 2010 e estamos falando em um pouco mais de 2 meses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradeço ao Deputado Nelson Bornier.

Quero lembrar a V.Exas. que a qualquer momento terá início a Ordem do Dia. Assim, haverá prejuízo para aqueles que ainda têm perguntas a fazer. Por essa razão, insisto que cada um se atenha aos 3 minutos regimentais ou 1 a mais, mas já fazendo as perguntas objetivamente.

Passo a palavra ao Deputado Carlos Willian, em permuta com o Deputado João Magalhães, que irá para o último lugar da fila.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Não.

[P33] Comentário: Sessão:2127/09
Quarto:44 Taq.:Denise Amaral Rev.:



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Dependerá da concordância dos demais Deputados.

Então, tem a palavra V.Exa, Deputado João Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Não. Ele me pediu para inverter. Aceitei inverter. Para o final não vou, falo de uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Está bem, de acordo.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sr. Presidente, deveriam responder de uma vez. Tenho 26 perguntas e quero que todas sejam respondidas.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Por isso eu solicitei a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Acho que isso será difícil, Deputado João Magalhães. Acho que V.Exa. precisará requerer nova audiência pública.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sr. Presidente, pode ficar tranquilo que o pré-sal não será votado. Não há acordo para votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Com a palavra o Deputado Carlos Willian. Por favor, solicito seja utilizado o prazo de 3 minutos, no máximo 4.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, o que vimos aqui já está devidamente comprovado. A empresa Schahin é a responsável pelo projeto e pela construção. Eu não sabia, Deputado Moreira Mendes, que esse engenheiro mora em Belo Horizonte, mas depois que passarem o endereço da empresa, irei verificar *in loco* e V.Exa. é convidado, inclusive, para nos visitar.

Estamos vendo uma sucessão de erros, mas não são erros de um acidente. É, sim, um acidente anunciado. A empresa Schahin foi avisada várias vezes. Aqui manifesto meu respeito pelo Sr. Antônio Marchioni, Diretor de Administração da empresa, mas lamento profundamente que o Sr. Schahin não tenha aqui comparecido.

Lamento também, em relação ao Ministério Público, por não temos formas de responsabilizar diretamente essas pessoas. Acho que V.Exa. já poderia solicitar o bloqueio do passaporte do responsável por esse projeto, porque é uma pessoa que não comparece em audiências públicas, é responsável pelo projeto, mas não o acompanhou na época, porque a usina estava prestes a rachar ou acabar, e deu cabo em tudo que veio pela frente, inclusive com a própria usina.

[P34] Comentário: Conferido no site da Comissão:
<http://intranet.camara.gov.br/internet/ordemdo/a/integras/714564.htm>



Acho que já poderia ser pedida a prisão ou o cancelamento do passaporte, pois essa pessoa deve estar mal-intencionada e deve até sair do País, para não ser responsabilizada. Inclusive, com o Projeto *As Built*, os desenhos foram entregues sem os drenos e, depois dele, foram apresentados os drenos. Isso é um absurdo!

Sr. Presidente, minhas perguntas são várias e todas elas técnicas, porque já vi que estamos com o Deputado João Magalhães. Estamos fazendo também uma PFC sobre os contratos da Schahin com a PETROBRAS.

Deputado Nelson Bornier, uma empresa dessas, da iniciativa privada, tem recursos públicos dos fundos de pensão. Então, é responsabilidade nossa, Parlamentares, acompanhá-la. Se uma empresa como essa, que tem recursos dos fundos de pensão, dinheiro do povo, faz isso, na pior das hipóteses o Governo deixou de investir em energia elétrica.

Essa empresa do Grupo Schahin, que foi a mesma que fez várias obras no País, hoje tem obras de plataformas da PETROBRAS. E, com certeza, deve estar também querendo participar do projeto do pré-sal. Imaginem se uma plataforma dessas vier ao chão, porque é a mesma responsabilidade da empresa junto à PETROBRAS. Devem ser os mesmos engenheiros que estão assinando o projeto, ou seja, a exigência da Schahin em relação aos responsáveis técnicos por seus projetos é a mesma.

Mas não me a esse ponto, Sr. Presidente, porque estamos tratando da parte financeira.

Gostaria de fazer 2 perguntas ao Sr. Antônio Castilho, representante da Schahin. O senhor tem conhecimento de que o Grupo Schahin tem um investimento no Banco Clariden Leu, na Suíça?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O senhor não precisa responder agora, porque todas as perguntas serão respondidas ao final.

Qual é a segunda pergunta?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Pois é, uma pergunta vai atropelar a outra.

Nota-se até agora que houve economia de material, de projeto técnico, de contratação de técnicos. Obviamente, essa obra saiu muito barata. Ela deve ter sido acertada por um valor e deve ter sido gasto muito menos.



O senhor acha que existe a possibilidade de os recursos financeiros terem sido desviados da obra?

Sr. Presidente, solicito a V.Exa uma cópia do Inquérito Policial nº 366, de 2009, da Polícia Civil de São Paulo, que apura diversos crimes, inclusive estelionato e falsidade ideológica, praticados pelos diretores do Grupo Schahin.

Antes, já que ele não pode me responder, Sr. Presidente, por determinação de V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Não, ele vai responder ao final, quando responderá também aos demais.

O SR. DEPUTADO PEDRO WILSON - Eu já vou me antecipar e passar para o senhor um extrato do Banco Clariden Leu, na Suíça, no qual consta um investimento do Grupo Schahin, na data de 31 de janeiro de 2008, 2 dias apenas antes do rompimento da barragem, de 78 milhões de dólares. Isso demonstra que pode ter sido desviado recurso desse empreendimento.

Então, peço a V.Exa. que solicite ao Ministério Público que investigue junto à Receita Federal, ao Banco Central e a todos os órgãos da administração financeira do País, e que bloqueie — além do bloqueio que V.Exa está pedindo — esses recursos de 78 milhões de dólares investidos naquele banco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deputado Carlos Willian, quero fazer uma indagação a V.Exa. Solicitou V.Exa à Presidência uma cópia do inquérito?

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - É necessário um requerimento por escrito.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Estou fazendo solicitação verbal, mas vou fazer o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Ele tem de ser aprovado. Por isso peço a V.Exa que o apresente na próxima reunião ordinária.

O SR. DEPUTADO PEDRO WILSON - Pois não. Muito obrigado.

Sr. Presidente, gostaria de que V.Exa solicitasse ao Secretário o extrato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deputado João Magalhães, solicito a V.Exa que, se tiver 26 perguntas, faça aquelas que caibam no tempo.



A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Sr. Presidente, em que pese a minha consideração pelo Deputado João Magalhães, eu acho que estou inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - V.Exa está inscrita depois do Deputado. A ordem de inscrição é: Deputado João Magalhães, Deputado Carlos Willian, depois V.Exa, Deputada.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sr. Presidente, quero dizer que, para nossa surpresa, mais uma vez o pessoal da Solosconsult, de Belo Horizonte, não compareceu.

Na outra audiência, o representante viajou para ao Maranhão; na outra, mandou um atestado médico, e a esta mais uma vez não compareceu. Eu acho que é uma peça importante, porque foi lá que começou toda essa cagada, enfim, o projeto que deu origem a esse tsunami.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Solicito seja retirada das notas taquigráficas a expressão pouco regimental do Deputado João Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Mas que foi, foi.

Sr. Presidente, quero dirigir algumas perguntas ao Sr. Antônio Marchioni Castilho, Diretor de Administração e Suporte da Schahin.

A primeira pergunta que faço é a seguinte: a Schahin já finalizou a apuração das causas do acidente; e, se finalizou, confeccionou algum parecer técnico sobre esse assunto?.

Segunda: o Sr. Luís Guilherme Melo foi o perito contratado pela Schahin? E, se o foi, os trabalhos de apuração técnica das causas do acidente foram feitos por ele e o laudo já está pronto?

Conforme é de nosso conhecimento, esse perito, Luís Guilherme, já finalizou o laudo, contratado pela Schahin. E, dentre as conclusões, podemos enumerar a não introdução de linhas de defesa eficientes, como *piping*— são aqueles buracos feitos na rocha —, em arenito friáveis no projeto e na construção. A segunda causa seria a implantação das fundações das estruturas em maciço de pobre qualidade. E terceiro, o comportamento atípico dos arenitos que perdem muita resistência quando saturados e submetidos a fluxo de água. V.Sa. confirma as conclusões apontadas nesses laudos?



Quarta: a conclusão da letra “a” desse relatório, no laudo feito pelo próprio perito da Schahin, faz menção à falta de linhas de defesa eficientes contra *piping* no projeto, o que leva à conclusão de que a falha seria no projeto. V.Sa. concorda com essa conclusão?

Quinta: a conclusão da letra “b” do referido laudo menciona a implantação de fundação das estruturas em maciço de pobre qualidade, o que nos leva a crer que a falha também foi de execução. V.Sa. concorda com essa conclusão?

Sexta: afinal, as causas do acidente foram por erro no projeto ou na execução? Porque as conclusões do laudo do próprio perito da Schahin levam a crer que ambos os fatores contribuíram para o colapso da barragem.

Sétima: a empresa Solosconsult, de propriedade do Sr. Rubens Rocha, o “fujão”, era responsável pelos projetos básico e executivo da obra? Então, o Sr. Rubens Rocha respondia diretamente à Schahin? Se ele era responsável pelo projeto executivo básico e executivo da obra, ele respondia diretamente à Schahin?

Oitava: a obra foi construída seguindo todas as diretrizes contidas nos projetos básico e executivo?

Décima: foram feitos os *As Built* da obra, que são aqueles desenhos feitos durante o acompanhamento da obra, como foi demonstrado na apresentação do Sr. Francisco.

Décima primeira: por que, quando solicitado pelo perito do Ministério Público e pela Comissão da ANEEL, os *As Built* não foram entregues, foram sonegados?

Décima segunda: esses *As Built* foram confeccionados durante a obra à medida que os eventos iam sendo concluídos?

Vou fazer mais umas 3 perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deputado João Magalhães, encareço a V.Exa, pois são quase 2 horas da tarde.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Eu também estou com fome, Sr. Presidente.

Há notícias de que havia vazamento expressivo na região do vertedouro. Estou fazendo várias perguntas porque fui o autor do requerimento de realização da primeira audiência pública. Acho que fui o único Deputado presente naquela audiência pública.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Continue as perguntas, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Assisti a uma aula aqui. Fui o único que ficou 3 ou 4 horas sentado. Então, tenho conhecimento. Recebi esse material. Estou fazendo várias perguntas, porque, na época, a maioria das perguntas foram sonegadas. Hoje quero as respostas..

Décima terceira: há notícias de que havia vazamento expressivo na região do vertedouro da barragem, como vimos na explanação do perito, dias antes do colapso — vazamentos estes que inclusive carreavam água e material argiloso É normal esse tipo de vazamento?

Décima quarta: V.Sa. sabe informar quais as medidas tomadas pelo consórcio para reparar tais vazamentos? Existem provas documentais e fotográficas dessas medidas?

E a última. os vazamentos persistiam até o dia do colapso? Quantos vazamentos foram detectados na região do vertedouro da barragem?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Deputado João Magalhães.

Pergunto ao representante da Schahin se gostaria de responder algumas perguntas, porque elas estão se acumulando.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Sr. Presidente, já estão finalizando os Deputados inscritos para falar inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Sim, é V.Exa, o Deputado Devanir Ribeiro e o Deputado Felipe Bornier.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Então, já está acabando. Depois o Dr. Antônio responder todas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deputada, se V.Exa me permite, quero perguntar a S.Sa. o que prefere.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Sr. Presidente, estou à disposição e inteiramente à vontade para fazer os comentários necessários com relação ao que foi dito.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O senhor prefere aguardar todas as perguntas?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Obedeço aquilo que for definido pelos senhores. Coloco-me à disposição para responder o que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deputada Solange Almeida, solicito a V.Exa que faça aquilo que os demais não fizeram, isto é, ser objetiva.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Primeiro, quero parabenizar todos os que estiveram aqui e elucidaram o caso. As perguntas já estão respondidas. Eu também tinha algumas perguntas a fazer, mas praticamente todas foram respondidas.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Só um minuto, por favor, Deputada Solange Almeida.

Sr. Presidente, V.Exa. disse para a Deputada ser mais objetiva do que os outros? Eu acho que fui muito objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Vou fazer a ressalva. O Deputado Carlos Willian foi muito objetivo.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - O Sr. Francisco José disse que os desenhos não foram considerados, porque eles foram feitos *a posteriori*.

Então, gostaria de saber: os *As Built* eram falsos? Isso significa má-fé?

Em 2006, restou evidenciado que já eram verificadas rachaduras e que o erro foi de projeto e de construção. Isso não deixou dúvida para nenhum de nós.

Sr. Promotor Paulo Lermen, gostaria de saber, porque não ficou claro: parece que o engenheiro da Schahin não apresentou o relatório de perícia. A perícia feita pela Schahin não teve o relatório apresentado para o promotor. Gostaria de saber isso.

O que foi efetivamente pago, até agora, sem ser pelo Estado de Rondônia, mas pelo consórcio construtor para mitigar os danos ambientais?

Pelo que entendi, o TAC sequer foi assinado pelo consórcio. Foi assinado pela CEBEL, mas não foi assinado pelo consórcio.



Queria saber do Sr. João Alberto Nogueira se a CEBEL acompanhou a execução da obra. A CEBEL é totalmente privada? Mas houve captação de recursos públicos. E foi dito aqui que os recursos eram totalmente privados, mas não eram.

A CEBEL ou a ANEEL declararam as empresas do consórcio construtor inidôneas, ou sem capacidade de construir, tendo em vista que os erros foram mais do que avisados, foram erros simples; quem não é engenheiro consegue até compreender o que foi aqui colocado. A obra vai ser retomada com a Schahin? Diz-se agora que, para o começo do ano que vem, será retomada a obra. Será a Schahin que retomará a obra?

Gostaria de saber do Sr. Antônio Castilho quem contratou a empresa do projeto e se a obra tem seguro, como já perguntado pelo Deputado Nelson Bornier. Era um questionamento que também queria fazer.

Para finalizar, quero dizer que o que me move na política até hoje, como há 21 anos, quando iniciei, é a capacidade de me indignar quando vejo determinadas coisas.

Parabenizo os que aqui compareceram, principalmente o Sr. Aparecido, que chegou a se emocionar ao falar sobre isso. Não podemos achar que foi um erro, um acidente natural. Foi anunciado. Foi uma questão clara de gastarem menos com a obra. Todos os técnicos mostraram que era uma tragédia anunciada. Graças a Deus, não morreu ninguém, mas causou inúmeros danos. Por isso não podemos nos furtar da nossa obrigação de fiscalizar.

Hoje, cidadãos brasileiros, inclusive do meu Estado, por não se adaptarem às novas leis ambientais, quando capturam uma gambá, são presos. Às vezes, por meses, porque não têm como contratar advogados de escritórios caros, ou parentes de Ministros, que têm acesso à Justiça. Durante meses, ficam encarcerados quando capturam uma gambá sequer. Até agora não vimos alguém ser responsabilizado nem obrigado a assinar Termo de Ajuste de Conduta — eles deveriam ser obrigados a assinar.

Espero que a Justiça faça com que eles assinem, com que honrem seus compromissos, quando resolveram pegar um projeto dessa monta.

[P38] Comentário: Sessão:2127/09
Quarto:48 Taq.:Ana Claudia Rev.:



A empresa desrespeita a engenharia e a Justiça. Foi causado prejuízo ao meio ambiente, aos Municípios, ao Estado de Rondônia, aos aposentados e aos servidores públicos que irão se aposentar.

Diante do exposto, está evidenciada a má-fé, o dolo nessa questão. Realmente, os engenheiros não ligaram para as advertências, não procuraram se esmiuçar no projeto para fazer uma obra adequada.

Então, sugiro à Comissão de Fiscalização e Controle que, na elaboração do relatório, seja solicitada a criação da CPI da Schahin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradeço à Deputada. Esta audiência pública faz parte de uma Proposta de Fiscalização e Controle que o Deputado Moreira Mendes está relatando. Então, somente depois teremos uma conclusão.

O Deputado Devanir Ribeiro tem a palavra, depois o Deputado Felipe Bornier.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Serei objetivo. Quero perguntar ao representante da Schahin se houve, em algum momento, mudança no projeto da construção da obra e quem a autorizou.

A mudança no projeto foi a causa do acidente? Foi a mudança do projeto, na concepção de V.Exa., que causou o acidente? Quem autorizou essa mudança?

O consórcio construtor tinha autoridade para pedir a mudança do projeto da obra?

Qual é o seguro? Todas as grandes obras, como é de meu conhecimento, têm um seguro. Às vezes, é mitigado na Justiça e, por um foro independente, é acordado no contrato. Pode acontecer isso. Há vários, inclusive. Alguns até internacionais, que determinam contratualmente, quando assinam o contrato, para podermos mexer na questão do consórcio. Isso está sendo questionado pela Schahin ou pela CEBEL ao seguro?

Sr. João Nogueira, quem é o dono da CEBEL? Quem é o dono da Gallway? Quem é Lúcio Bolonha Funaro? Onde mais a Gallway tem participação no setor elétrico? Qual é a origem dos recursos dessa construção?

Sr. Cassol, ouvi o seu depoimento. O senhor disse que é um empresário, que não ganhou a concorrência. Como o senhor chegou a essa conclusão? O senhor tinha conhecimento da obra? O senhor não a ganhou.



O senhor tem formação técnica de barragem, em Engenharia? Primeiro, o Senhor entrou em uma concorrência e perdeu. Depois, o senhor aparece aqui e diz que avisou que ia ocorrer o acidente. Alguma barragem de sua propriedade já sofreu algum acidente? A experiência que o senhor tem é disso?

Pergunto para o Sr. Francisco José Silveira qual é a sua formação técnica para fazer essa perícia. O senhor tem empresa que prestou algum serviço aos envolvidos no acidente? O senhor tem alguma empresa?

A CEBEL determinou a redução do vertedouro? Segundo foi dito, o engenheiro da Schahin questionou tecnicamente a orientação, mas acatou a decisão porque a CEBEL decidiu modificar o projeto.

[P39] Comentário: Sessão:2127/09
Quarto:49 Taq.:Fátima Rev.:

Sr. Presidente, para mim está claro. Já são 2h e temos de ir para o plenário. Temos outro projeto de energia para discutir, o pré-sal.

Agradeço a todos a presença, principalmente ao Ministério Público, aos empresários, ao perito, ao Sr. Aparecido, Engenheiro Florestal. Isso é bom, é importante.

Quero que os senhores levem a certeza ao pessoal de Rondônia — sou paulista, mas também sou brasileiro. Acho que nunca devemos dizer que somos pequenos ou acanhados. Estado é Estado. Não existe Estado pequeno ou Estado grande. Existe o Estado bem governado ou mal governado. Sou solidário a todos, porque acabou de acontecer também um acidente no meu Estado. E estávamos há pouco discutindo um acidente. Precisamos saber a sua causa.

Como há a Justiça, o perito autorizado pelo juiz, acredito que vamos chegar a um bom termo. Ninguém pode perder: nem a população, nem o empresário. A Justiça não pode se deixar dobrar por qualquer argumento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Com a palavra o último orador inscrito, Deputado Felipe Bornier. Depois passaremos às respostas.

O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER - Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o ilustre Presidente, a Sras. e os Srs. Deputados que até às 14h debatem assunto de extrema relevância para o País. Cumprimento todos componentes da Mesa. Parabenizo o Deputado Moreira Mendes pela iniciativa de



apresentar importante requerimento para tratarmos de um tema relevante não somente para o Estado de Rondônia, mas também para o País.

Falar por último é muito difícil, uma vez que já foram feitas dezenas de perguntas. Gostaria de perguntar ao Sr. João Alberto Nogueira, Diretor-Presidente da CEBEL, se o consórcio alguma vez lhe procurou com o intuito de propor acordo que minimizasse os prejuízos para os fundos de pensão envolvidos na obra de Apertadinho. Essa é uma pergunta direcionada ao Sr. João Alberto. Poucas perguntas lhe foram direcionadas.

Pergunto também para o Sr. Antônio de Castilho, que representa aqui o Grupo Schahin, se a Schahin mantinha um livro diário. Gostaria que nos enviassem, para conhecimento desta Comissão.

O companheiro Devanir Ribeiro, do PT de São Paulo, perguntou se, além do acidente com a PCH de Apertadinho, ocorreu outro sinistro em obras da Schahin nos anos de 2007 e 2008. Ocorreu acidente em uma obra deles com a participação da Brasil PCH, da qual a BR Distribuidora é sócia? Eles pagaram todo o prejuízo para não ter problemas com a PETROBRAS, que é principal cliente do grupo?

Coloco-me à disposição dos senhores para dar continuidade a esta audiência pública, a fim de ouvi-los.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos o Deputado Felipe Bornier e cumprimentamos S.Exa., pois foi o único Deputado que falou no prazo.

Passo a palavra, em primeiro lugar, ao representante da Schahin, porque a ele foram dirigidas a maioria das perguntas, até para não correremos o risco de não termos suas respostas pelo fato de ter início a Ordem do Dia. Então, tem a palavra o Sr. Antônio Marchioni Castilho, Diretor de Administração e Suporte da Schahin Engenharia.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Muito obrigado.

Sr. Presidente, Deputados, quero fazer algumas observações a respeito não apenas das perguntas feitas pelos senhores, mas também das reflexões dos colegas, principalmente do Sr. Francisco,



Quero pedir desculpas ao Deputado João Magalhães, porque consegui anotar apenas algumas perguntas. Então, depois podemos respondê-las. Como eu disse anteriormente, aquilo que não for satisfatoriamente respondido, os senhores podem encaminhar para a Comissão, aos meus cuidados. Não sei como funciona, mas estamos prontos para respondê-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Nós encaminharemos a V.Sa., se for o caso.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Coloco-me à disposição dos senhores para responder o que não for satisfatoriamente respondido nesta minha oportunidade.

Como disse anteriormente na minha explanação, esse projeto da PCH de Apertadinho — isto aqui foi confirmado pelo Sr. Cassol — remonta ao ano 2000, aproximadamente. Em 2000, 2002 tivemos conhecimento do projeto básico, quando foi definido o potencial hidrelétrico do rio etc. A Schahin entrou nesse processo em 2005. O contrato foi assinado no dia 22 de dezembro de 2005.

Como foi questionada a relação do projetista, o Sr. Rubens Rocha, da Solosconsult, eu peço permissão, Sr. Presidente, para ler um trecho de uma ata. Esta ata é de 2 ou 3 dias antes da assinatura do contrato, que é quando, então, estavam acertando os termos para que o contrato fosse assinado.

Para ser preciso, a ata é do dia 21 de dezembro, ou seja, 1 ou 2 dias antes da assinatura do contrato. Estavam presentes, por parte da CEBEL, o contratante, o Sr. Flávio Miguez, o Sr. Paulo Couto e o Sr. Gualter Pupo, que eram os representantes da CEBEL para esse assunto de projetos. Vale dizer que esses representantes eram também, naquele momento, acionistas da CEBEL nesse projeto.

A ata, neste trecho, diz exatamente o seguinte:

“Coordenador do projeto executivo e contratação do projeto executivo civil.

A CEBEL, após uma explanação do histórico do desenvolvimento do projeto da PCH Apertadinho, resultando na sua aquisição por parte da empresa-mãe,...”

[GD40] Comentário: Sessão:2127/09
Quarto:50 Taq.:Glaucia Rev.:



Entendo aqui que, na época, a CEBEL havia comprado esse empreendimento de alguma outra empresa. Não tenho explicação no momento para quem é essa tal empresa-mãe.

“...manifestou que não deverá ocorrer mudança na atual estruturação do projetista contratado, Scan Solosconsult, para as obras civis, bem como manifestou que, para o projeto elétrico, uma das empresas indicadas foi a AFT Serviços de Engenharia Ltda, sediada no Rio de Janeiro.

Desta forma, não haverá necessidade, da parte do EPC, Consórcio Construtor Vilhena, de coletar novos preços para a elaboração do projeto executivo civil. Tais custos já foram acertados com a Scan Solosconsult, tendo inclusive sendo pagas as 2 primeiras parcelas relativas à sua elaboração, mas tão-somente à inclusão da Solosconsult na futura EPC”.

Então, essa é a tratativa que existe entre o Consórcio Construtor e a CEBEL, com relação à contratação do projetista.

Eu disse há pouco dos integrantes ou dos sócios da CEBEL naquele momento, em 2005, porque obviamente é diferente da composição societária da CEBEL neste momento. E gostaria de citar com quem negociamos ou com quem acertamos o contrato naquela ocasião.

Fazia parte do projeto, ou eram acionistas da CEBEL, o Sr. Guilherme Medeiros Dias, um profissional do ramo financeiro na cidade do Rio de Janeiro; e o Sr. Raul Mota Filho, denominado aqui sócio e gestor sênior, representante maior da CEBEL junto ao Consórcio Construtor Vilhena, que cuidava das questões financeiras, seguros etc.

Depois, há uma sequência de sócios minoritários. E acho muito importante, diante de todas as conclusões técnicas citadas até o momento, notarmos alguns nomes.

O Sr. Flávio Miguez de Mello era sócio, gestor do projeto de obras civis. Qual era o papel do Sr. Flávio Miguez? Ele é especialista em barragens, atuava na gestão

[p41] Comentário: Sessão:2127/09
Quarto:51 Taq.:Maria Cristina Rev.:



do projeto civil, junto ao projetista Solosconsult. O Prof. Flávio Miguez é muito conhecido no ramo de construção de barragens, hidrelétricas, PCHs e assuntos relacionados, sendo inclusive professor do Sr. Rubens Rocha, citado pelo nobre Deputado, que era o responsável pelo projeto de Apertadinho. Então, havia uma relação de longa data.

Na sequência, o Sr. Paulo Alves Couto, também sócio responsável pela gestão dos projetos e montagens eletromecânicas, que fazia a gestão do projeto eletromecânico, assim como era responsável por todas as aquisições de equipamentos.

Na sequência, Gualter Pupo, sócio, engenheiro geotécnico, geólogo, fazia o acompanhamento geológico do projeto, juntamente com o Prof. Flávio Miguez.

Apenas uma observação. Eu disse que o Prof. Flávio Miguez é bastante conhecido no ramo. Se não me falha a memória, ele foi ou é Presidente da Associação Brasileira de Grandes Barragens.

Era engenheiro da CEBEL, acompanhando o projeto na obra, o Sr. Sérgio Ravanelli, engenheiro civil, engenheiro do proprietário. Ele era representante da CEBEL na obra, fazia o acompanhamento dos trabalhos e elaborava os relatórios dos serviços do Consórcio Construtor Vilhena para a CEBEL.

E havia também mais um engenheiro do proprietário, Sr. Jorge Peçanha, também representante da CEBEL na obra, que fazia o acompanhamento dos trabalhos e elaborava os relatórios dos serviços do Consórcio Construtor Vilhena.

Então, essa é a equipe com quem o Consórcio Construtor Vilhena contratou a obra e que fez o acompanhamento da obra, por parte do cliente, até que aconteceu a mudança societária por parte da CEBEL, que, conforme dito pelo Sr. João Nogueira, ocorreu por volta de agosto a setembro do ano de 2007.

Outra observação que gostaria de fazer, e, com todo o respeito ao trabalho do Engenheiro Francisco, também bastante conhecido na área...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deputado, um momentinho só, por favor.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, já passou o momento das considerações iniciais. Acho que ele deveria responder as perguntas



dos Parlamentares e inclusive dizer qual pergunta ele está respondendo, senão vai iniciar a Ordem do Dia e as nossas perguntas vão ficar sem resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Com a palavra a Deputada Solange Almeida.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Sr. Presidente, em razão de estar falando agora, eu vou incluir uma nova pergunta: a Schahin sabia que estava fazendo errado por ordem de outros?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Cara Deputada e Deputado Carlos Willian, acho que o Dr. Antônio está dando respostas de acordo com o conhecimento dele sobre a história. Se V.Exa. aguardar, talvez ele possa falar diretamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu aguardo, Sr. Presidente, mas o prazo de 10 minutos vai acabar. Essa pergunta que ele acabou de responder, em relação aos sócios da empresa, que pergunta foi essa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Vamos aguardar o final do depoimento dele. Se V.Exa. não estiver satisfeito, ele poderá continuar respondendo. Quanto mais nós interferirmos, mais vai demorar.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Outra questão levantada pelo engenheiro, Dr. Francisco, que suscitou aqui alguns comentários, é com relação ao "As Built". É importante dizer que o "As Built" é um documento para elaboração de projeto, feito após a conclusão dos serviços, ou seja, projeto "Como Construído", vamos dizer na prática para ficar bem entendido. Normalmente numa obra como essa, principalmente numa obra de uma hidrelétrica ou de uma PCH, onde estamos sujeitos a muitos imprevistos, as coisas vão acontecendo durante a construção. O engenheiro da obra vai tomando as devidas anotações e, depois, esse documento é oficializado. Dificilmente vamos ter um "As Built" de qualquer projeto igual ao projeto executivo. Esse projeto executivo, que é uma intenção de construção, sofre alterações durante esse período e depois é passado oficialmente para um desenho.

Esclareço que não houve falsificação de documentos ou intenção de falsificar documentos. É uma prática normal dentro da prática da engenharia.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Mas eles foram feitos durante as obras?

[p42] Comentário: Supervisor.:André Gal

[P43] Comentário: Sessão:2127/09
Quarto:52 Taq.:Lelaine Rev.:



O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Alguns sim, outros não. Recordo que ocorreu um acidente nessa obra no dia 9 de janeiro. Como foi explanado aqui pelo Dr. João Nogueira, essa obra estava num determinado estágio, não estava concluída. Ou seja, para tudo aquilo que ainda não estava concluído não tinha “*As Built*”, porque simplesmente não estava finalizada.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Dr. Antônio, só para encerrar esse assunto, tendo em vista que formulei 3 perguntas relacionadas a esse mesmo tema — o senhor respondeu duas e não respondeu a última —, pergunto: por que, quando solicitado pelo perito, Dr. Francisco, e pela ANEEL, vocês não entregaram os “*As Built*”?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Os “*As Built*” foram entregues, Deputado, conforme solicitados.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sabe a data?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Não sei precisar. Mas, como disse anteriormente, eu posso buscar essa informação.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Satisfeito. Obrigado.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Sigo na linha ou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Até pelo adiantado da hora, o que o senhor puder fazer mais rapidamente, nós agradecemos.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Trata-se de algumas colocações...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Peço a V.Sa. que fale aquilo que for importante para esclarecer.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Nós entendemos que se trata de um assunto da maior importância. Eu quero aqui me dirigir especialmente ao Deputado Moreira Mendes para dizer que o consórcio construtor, a Schahin e eu pessoalmente nos sensibilizamos muito quando ocorreu esse acidente. Esse acidente é uma mancha numa história muito bonita de uma das grandes empresas de São Paulo. Nós temos com o Estado de Rondônia uma relação antiga, não relacionada a esse projeto e nem ao Projeto SIVAM. Temos todo o respeito por V.Exa. e pelo povo de Rondônia. Sentimos muito e queremos encontrar uma forma de reverter essa situação.



E, dentre as perguntas — aliás, Deputado, V.Exa. infelizmente não me dirigiu nenhuma pergunta, apenas fez colocações sobre a empresa —, fiz algumas anotações daquilo que foi dito por V.Exa. com muita propriedade. Gostaria de esclarecer que, primeiro, a Schahin não tem ações negociadas na Bolsa. Caso V.Exa. tenha essa informação, desculpe-me, mas preciso contrariá-lo. Quanto ao engenheiro Bosco, que V.Exa. questionou bastante aqui, pois teve conversas com o Sr. Aparecido, devo dizer que ele foi recontratado pela CEBEL para executar o serviço por meio de outra empresa. Esse é o engenheiro Bosco de quem nós estamos falando.

O SR. JOÃO ALBERTO NOGUEIRA - Com licença. Eu gostaria de interromper só para fazer uma correção. O engenheiro Bosco não foi recontratado pela CEBEL. O engenheiro Bosco era funcionário de uma empresa que ganhou a licitação para reconstrução da obras. Ele já era funcionário dessa empresa. Nós proibimos a permanência dele no canteiro quando detectamos isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Pode continuar.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - E ainda no que se refere a uma colocação feita pelo Deputado sobre nome e endereço falsos da Schahin, no Estado de Rondônia, esse é um assunto que faz parte de um inquérito policial originado de uma publicação em um jornal de Rondônia, que inclusive fez uma foto do aludido endereço, um terreno baldio. Mas o que é falso nesse assunto é a notícia, porque nós estivemos no local, fizemos as devidas diligências e comunicações tanto com o CREA quanto com a polícia local. Portanto, esse assunto está em andamento em Rondônia. Acredito que também é público, e V.Exa. pode verificar pessoalmente.

E V.Exa. também fez considerações a respeito de dívidas com o ISS. Nesse caso de Apertadinho, existe um acordo da CEBEL com a Prefeitura local de isenção de ISS. V.Exa. tem um contrato do consórcio construtor em suas mãos, o contrato da CEBEL. Nesse contrato existe em uma determinada página, que eu também não sei precisar agora, uma relação dos impostos e, ao lado, as alíquotas correspondentes a cada imposto. Ao observar essa relação, V.Exa. vai verificar que a alíquota de ISS destacada no contrato é zero. Peço a V.Exa. que, por favor, atente para esse detalhe.



E, mais uma vez, Deputado, quero renovar aqui os meus votos de respeito a V.Exa. e ao povo de Rondônia, porque não é uma situação nada agradável para o consórcio e, como disse, para a Schahin.

Ressalto que eu consegui anotar aqui algumas perguntas. Sigo nessa linha, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Sim, por favor. Siga as perguntas que o senhor conseguiu anotar. E se algum Parlamentar questionar...

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Apenas para não deixar para depois, como eu fui citado aqui claramente, preciso fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Mas V.Exa. não vai ser autorizado a sair não, Deputado.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Não, eu não vou sair com certeza. Quero dizer que relativamente à questão de ações na Bolsa, talvez V.Sa. tenha razão. Eu realmente não tenho convicção, mas sei que, do balanço publicado, — ele foi publicado, e eu estou pedindo a juntada dentro do processado — realmente não consta nenhuma referência a esse fato que é relevante.

Eu quero deixar claro que, talvez, a minha informação não esteja correta com relação às ações da bolsa, mas isso não exime a responsabilidade com relação à publicação do balanço. Segundo, com relação ao endereço falso, é o que consta. O senhor mesmo acabou de confirmar que é o que consta lá. Se não é, o tempo vai dizer e vai ser apurado.

Com relação ao ISS, para não ficar parecendo que eu estou aqui elocubrando, inventando coisas — eu não faço isso, trato as coisas com muita responsabilidade —, a informação da Prefeitura é de que existem débitos em aberto. Se ele está isento, essa isenção deve ser dada por lei votada lá pelos Vereadores. Se existe a lei, não sei, mas também vou procurar. O fato é que tenho em mãos uma certidão da Prefeitura que acusa débito. Apenas para ficar registrado aqui.

No mais, eu não recebi, de forma nenhuma... Eu sei que os senhores podem ter toda consideração pelo Estado. Quero deixar claro que, em momento nenhum,



eu quis — se V.Sa. assim entendeu ou se julgou ofendido por qualquer palavra minha...

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Absolutamente.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Fica esclarecido que não é este o objetivo bem claro. O que eu quero registrar é a ausência da Schahin e da EIT no processo lá em Rondônia.

[p44] Comentário: confirmado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deputado, até porque V.Exa. vai ter oportunidade, no seu relatório, de ver todas essas questões.

Pode continuar com a sua palavra, Dr. Antônio.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Algumas anotações que fiz aqui... O Deputado João Magalhães me desculpe. Nós já estivemos juntos em outra oportunidade, mas quero perguntar se esgotamos aqui as dúvidas? Eu acho que não consegui anotar tudo o que tinha sido perguntado pelo senhor.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Eu repito rapidinho. Eu perguntei se a Schahin já finalizou a apuração das causas do acidente?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Não, não finalizou.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Já confeccionou algum parecer técnico sobre o assunto?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Desculpe-me, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Confeccionou algum parecer técnico sobre o assunto?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Não. Na ocasião do acidente, nós contratamos uma equipe técnica, a qual entendemos que era a melhor delas para apurar a causa do acidente. É de todo o interesse do consórcio identificar as causas do acidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Quem vocês contrataram? Eu não ouvi. Quem vocês contrataram?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Eu não disse, Deputado. Nós contratamos o Prof. Luiz Guilherme de Mello, o Prof. Milton Kanji e o Prof. Nieble, que também são profissionais da área, professores da POLI, pessoal renomado dentro e fora do Brasil.



Naquela época, o consórcio esperava que houvesse uma composição com a CEBEL, o nosso cliente, para buscarmos o seguro, porque toda obra é passível de acidente. E, para isso, fazemos o seguro da obra. A intenção, naquele momento, era buscar as causas e, em conjunto com o nosso cliente, com a CEBEL, trabalhar a questão do seguro, conforme disse aqui alguns Srs. Deputados.

[p45] Comentário: Centrais Elétricas Belém (Cebel)

O trabalho dessa equipe não foi conclusivo, até pela dificuldade que tivemos, a partir de um certo ponto da confecção desse relatório, de buscar evidências no local. Essa obra teve, como dito aqui, embargo do Ministério Público, conforme disse o Promotor, por algumas horas ou alguns dias logo depois do acidente. Ela ainda continua com o embargo. Ou seja, na prática, esse local não poderia ter sido mexido, mas infelizmente foi demolido, descaracterizado. Ou seja, tudo o que poderíamos buscar para esclarecer as causas, etc., está limitado aos documentos, às fotografias e aos depoimentos de algumas pessoas que presenciaram, acompanharam o projeto e estiveram no local.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - No laudo do perito Luiz Guilherme, que foi contratado pela Schahin, há algumas conclusões: a não introdução das medidas de defesa eficientes — e o caso o PAIP foi um deles —; o segundo foi a implantação de fundações e estruturas em maciço pobre em qualidade, porque o terreno era muito arenoso; terceiro, comportamento atípico dos arenitos, que podem perder muita resistência quando saturados e submetidos a fluxos de água.

[p46] Comentário: NÃO CONFIRMADO.

O que o senhor comenta sobre isso?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Deputado...

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - O senhor confirma as conclusões apontadas neste laudo?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Não, não confirmo, até porque o laudo, apesar de ter sido finalizado, não é conclusivo. Se o senhor teve acesso ao laudo...

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Tive.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Teve. O senhor pode verificar que a equipe que elaborou o laudo dá uma ideia bastante subjetiva de que poderia ter havido problemas de projeto aliados a imprevisibilidades geológicas.



Nós entendemos que não existe hoje... e volto a dizer que há todo um interesse, uma atenção nossa no sentido de elucidar essa ação. Não é absolutamente nem um pouco agradável estar aqui, atendendo ao convite dos senhores, e ouvir tudo o que ouvimos, com posições divergentes daquelas que foram colocadas. Portanto, temos todo o interesse de que o assunto seja elucidado e que, em algum momento, haja um relatório conclusivo.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Na opinião do senhor, as causas do acidente foram mais por erro de projeto ou na execução?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Deputado, peço até desculpas ao senhor, mas eu não sou engenheiro, sou administrador de empresas. Tentamos sempre buscar as melhores cabeças para nos assessorar nesse assunto. Eu não tenho como dar ao senhor, neste momento, nenhuma resposta. No momento em que esse assunto for concluído pelo pessoal competente para isso, ele vai ser público e divulgado.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - A Solosconsult, lá de Belo Horizonte, do Sr. Rubens Rocha, era responsável pelo projeto básico e executivo da obra. O Sr. Rubens Rocha reportava-se diretamente à Schahin?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - O Sr. Rubens Rocha, conforme a ata...

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Estou falando depois. No início, sim, mas na construção ele se reportava diretamente à Schahin? Ao consórcio?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Conforme a ata que tenho aqui, ele veio no bojo dessa contratação. Não houve nenhuma possibilidade nessa negociação de a Schahin ou de o consórcio dizer: "Eu não quero, eu não posso". Ou seja: "Já está definido, é esta pessoa, eu já paguei as parcelas iniciais e vou continuar pagando diretamente o projetista". Inclusive toda a parte de pagamentos desse projetista era feita diretamente pela CEBEL para a Solosconsult.

Com relação ao relacionamento com o projetista, nós temos aqui — e talvez seja importante também anexá-los em algum momento — atas, *e-mails*. A documentação é bastante farta e comprova a relação especialmente do Sr. Flávio Miguez com o projetista.

[p47] Comentário: Grafia conforme consta no site da empresa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O senhor pode continuar, Dr. Antônio, se houver mais algumas perguntas. Há mais algum Deputado que não teve alguma pergunta respondida?

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Eu gostaria de saber se a Schahin responsabilizou, em algum momento, a Solosconsult. A empresa ajuizou ação ou responsabilizou a Solosconsult? Havia acompanhamento dos seus técnicos junto à Solosconsult, já que houve falhas humanas graves? Vocês não detectaram isso ao longo da obra?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - O.k. Em princípio, Deputada, a Schahin não responsabilizou ninguém, até porque para a Schahin — ou para o Consórcio, vamos dizer assim — não existe uma apuração definitiva e conclusiva sobre as causas do acidente. Então, seria leviano de nossa parte ou de parte do Consórcio fazer uma transferência de culpa ou sacrificar alguém sem que haja um laudo conclusivo.

Então, não há esse tipo de colocação por parte do Consórcio.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deputado Carlos Willian, antes de V.Exa. fazer a sua exposição, quero perguntar ao Dr. Antônio se esses documentos a que ele se referiu, atas e outros, se houver interesse do Deputado Moreira Mendes, poderiam ser disponibilizados para o relatório de S.Exa.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Sem nenhum problema. Apenas volto a dizer, Deputado, que esses documentos que estão comigo contêm muitas anotações pessoais, lembretes *etc.*; então, tomo a liberdade de, posteriormente, encaminhá-los a V.Exa. Também, fico sujeito às normas da Casa. Este encaminhamento pode ser feito ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Pode ser feito diretamente à Comissão.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Pode ser feito diretamente à Comissão. Portanto, nós os encaminharemos para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O.k.. Com palavra o Deputado Carlos Willian.



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, nós ouvimos aqui várias autoridades e, no final, durante todo o percurso da reunião, foi-nos mostrado por um perito oficial, que tem fé pública, nomeado pelo Juiz, claramente, que a responsabilidade é da Schahin.

Depois, ouvimos alguns engenheiros, e todos eles disseram que, na verdade, já existia um rompimento da barragem, já existia um rachado. Depois disseram que nada tinha por baixo, que não o foi feito o trabalho necessário, depois o “*As Built*” apresentou desenhos de drenos que, na verdade, não havia. O senhor disse que, na verdade, o “*As Built*” veio depois, ou seja, que não estava querendo mascarar. Mas o que vejo é que mascarou! Com é que o senhor faz drenos dentro de uma represa dessa dimensão — e isso foi apreciado pelo perito, que disse que, realmente, não tinha esses drenos — sem projeto técnico? E tudo o que todo o mundo disse aí o senhor tentou, vamos dizer assim, desqualificar. Aí, pergunto para senhor duas coisas: o senhor não reconhece o perito oficial, legitimado pelo Juiz, que tem fé pública? E quais providências que o senhor tomou para desqualificar a perícia dele judicialmente? Segundo, está aqui o Promotor de Justiça que deveria desqualificar essa perícia e não o fez. Pelo jeito, acatou essa perícia, porque tem fé pública. E outra, o senhor, em momento algum, assumiu nenhuma responsabilidade. O senhor fez toda dessa obra sem apreciar o projeto!? O senhor fez toda essa obra sem analisar o projeto!? O senhor comprou todo material sem analisar o projeto!? O senhor acompanhou toda essa obra sem o engenheiro responsável, o projetista, estar na obra acompanhando? Quem era o responsável por essa obra de acompanhar e fazer?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Algum Deputado tem mais alguma questão? Senão, ele vai responder essa questão e, depois, o senhor já está liberado, para que os outros possam também dar as suas opiniões?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Sr. Deputado Carlos Willian, quero aqui, em nome de V.Exa. e em nome de todos os presentes aqui, pedir desculpas se houve algum entendimento de desqualificação das pessoas. Se foi entendido dessa maneira, eu gostaria de corrigir, porque a minha posição é exatamente o contrário. Respeito e sempre respeitei o Sr. Francisco, a quem eu já



conhecia de nome; assim como respeito o Sr. Promotor, o Sr. César Cassol e o Sr. João Nogueira, que é uma pessoa a quem respeito e admiro bastante. Infelizmente, nos conhecemos numa condição como essa em que se apresenta. Igualmente, respeito o Sr. Aparecido. Então, de maneira alguma, eu gostaria que ficasse a impressão de desqualificação. O que eu coloquei é que existe uma posição diferente. Existe uma posição que não é necessariamente a posição que foi colocada. Como eu disse inicialmente, é até por isso que estamos aqui, ou seja, porque temos posições antagônicas. Peço desculpas, mais uma vez, se fui entendido de outra maneira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deputado João Magalhães...

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sr. Presidente, apenas 3 perguntas ficaram sem resposta. É rápido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Por que a Schahin se negou a firmar o TAC com o IBAMA e o Ministério Público, conforme foi noticiado aqui por alguns dos palestrantes? Uma outra pergunta que ficou sem resposta foi a que indagou sobre os diários de obra. Indago: V.Sa. sabe informar se todos esses dados — vazamentos, reparos, eventuais mudanças no projeto, execuções e avanços de áreas etc. — estão ali lançados? E a terceira e última: V.Sa. sabe informar se o consórcio realizou sondagens prévias no terreno para a construção da obra e até para confecção dos projetos ou aproveitou o que já estava pronto e tocou a obra sem qualquer estudo prévio para saber se aquelas informações eram reais?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Deputado João Magalhães...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O senhor me permite uma pergunta, antes de o senhor responder, só para completar? Porque estou entendendo a posição de V.Sa — e nós a respeitamos —, mas antes de dar por encerrada minha participação, gostaria de ouvir a resposta a uma pergunta que eu havia feito. Já que o senhor não é engenheiro, fica difícil até o entendimento técnico do projeto, essas situações todas, mas o senhor consta aqui como administrador. Eu fiz um questionamento sobre um investimento num banco suíço de 78 milhões de dólares e apresentei até ao Presidente um extrato sobre isso daí — e isso é da área do senhor, da empresa. Pergunto: o senhor confirma esse investimento ou não



confirma esse investimento? Qual é a origem desses recursos financeiros? Esse recurso ainda está nesse banco? Qual é a situação atual desses recursos? Não poderíamos usar esses recursos para fazer alguns reparos, alguma coisa nesse sentido?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Sr. Presidente, indago V.Exa. sobre a ordem. Respondo primeiro ao Deputado João Magalhães?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Pode responder como o senhor achar mais adequado.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Com relação ao banco citado, Deputado Carlos Willian, talvez, por imprecisão do nome, eu realmente não o conheça. Procurei aqui, enquanto V.Exa. perguntava, talvez até deduzir algo, mas não sei se devemos caminhar em deduções diante da importância do evento de que nós estamos tratando. Mas o que eu tenho a dizer é que os projetos da Schahin na área de petróleo são financiados por bancos internacionais. É possível — e eu gostaria de que ficasse registrado dessa forma — que o banco citado por V.Exa., o qual não conheço — e infelizmente não é da minha área —, seja um desses bancos e os recursos sejam objeto de financiamento das plataformas, que é público, consta de todo material divulgado pela Schahin, que estão sendo construídas em Yantai, na China. É provável. É essa a resposta, Deputado, que tenho para dar para V.Exa.

Quanto ao que disse o Deputado João Magalhães, com relação ao TAC. O TAC, como o próprio nome define, é um Termo de Ajustamento de Conduta entre as partes envolvidas. Como dito aqui, o consórcio contratou — e aqui, obviamente, eu não gostaria de me ater ao nome das pessoas envolvidas, até porque os filhos de Deputados, os filhos de Ministros também trabalham, seguem carreira e são profissionais que estão aí no mercado —, no caso, na época, para nos assessorar com relação à questão ambiental, uma empresa de São Paulo chamada CEMA. Essa empresa é uma empresa também de renome, uma empresa muito conhecida. E com relação à parte jurídica, com relação à negociação do TAC com o Ministério Público, quem conduziu foi o Escritório Pinheiro Neto, de São Paulo, na ocasião, por um advogado citado aqui, de quem, agora, infelizmente não lembro o nome.

O Consórcio não assinou esse termo de ajustamento porque ele não concorda com os termos que foram colocados nesse ajustamento. Então,



aconteceram várias reuniões nesse sentido, mas não se chegou a um acordo. Num determinado momento foi determinado pelo Ministério Público — e me desculpem também se não é o Ministério Público — que esse contrato, esse termo de ajustamento fosse assinado. E o Consórcio, por não estar de acordo com esse termo, achou por bem não assiná-lo, embora em nenhum momento esteja eximindo-se da responsabilidade.

Quanto aos diários da obra, a obra os tem, sim. São elaborados diários com tudo o que acontece na obra. Com relação ao acidente específico e às ocorrências que nós tivemos nos dias anteriores, devo dizer que o acidente ocorreu, como dito aqui, no dia 9 de janeiro, uma quarta-feira. Se não me falha a memória, os primeiros sinais começaram a aparecer no sábado. Então, entre os primeiros sinais que aconteceram, eu, absolutamente, não tinha nenhum conhecimento daquilo que foi colocado aqui pelo Sr. Aparecido. Gostaríamos também de conversar a respeito e ter maiores informações. Entendemos que uma informação de tamanha relevância ou envolvendo o risco que representava, se não tivesse encontrado eco no engenheiro da obra, talvez devesse ser levado para outras instâncias.

Então, é elaborado um relatório da obra, que é o nosso diário de obras. E especificamente sobre os dias que antecederam o acidente existem relatórios dos acontecimentos. Ou seja, pelos engenheiros que estavam na obra, por exemplo, foi registrado que na data tal aconteceu isso a tal hora, foi feito isso e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deputado João Magalhães, podemos dar continuidade? Hoje teremos 2 audiências públicas.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Restou apenas uma resposta sobre se o consórcio fez as sondagens do terreno, ou alguma coisa prévia, antes de iniciar a obra, ou se aproveitou dos estudos anteriores.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Deputado, eu não tenho como responder neste momento essa questão, mas acho que ela deve ser respondida.

Pelo acompanhamento que nós tivemos aqui e pelo nível dos profissionais envolvidos, principalmente por parte da CEBEL, por parte do cliente, acredito que tudo tenha sido feito conforme a boa prática da engenharia.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, sobre esse livro que ele comentou...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Sr. Deputado Carlos Willian, ainda há mais duas audiências públicas.

O SR. DEPUTADO EDSON APARECIDO - Sr. Presidente, eu tinha solicitado a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O Deputado Edson Aparecido teve que se ausentar, mas nos ajudou nesta Presidência. Portanto, S.Exa. teve que sair e a sua pergunta não foi encaminhada. Então, eu pediria, Deputado, que V.Exa. fosse objetivo e rápido.

O SR. DEPUTADO EDSON APARECIDO - Perfeito. Eu tive que sair para participar da votação e aprovação de um projeto de nossa autoria em outra Comissão, por isso tive que me ausentar. Mas, no período em que presidi esta sessão, no início, formulei duas perguntas que eu quero dirigir a duas pessoas na Mesa. Tive oportunidade de perguntar a três pessoas da Mesa sobre qual era a origem dos recursos dessa obra, se havia recursos da União, do Tesouro, até porque não poderíamos, evidentemente, fazer aqui embates, legítimos ou não, se apenas houvesse interesses privados.

Então, eu gostaria de saber do Sr. João Alberto Nogueira qual é a origem dos recursos dessa obra. Há recursos do Tesouro, do Orçamento da União? Como é isso?

Segundo, na outra ponta, evidentemente, depois de acontecido o incidente — e o Sr. Francisco José Pereira fez a explanação do seu trabalho —, gostaria de saber se antes do período em Sr. Francisco fez esse trabalho por solicitação do Juiz de Rondônia, S.Sa. prestou algum tipo de serviço a alguma dessas empresas envolvidas nessa obra. Isso é importante e evidentemente pode ter um peso destacado no resultado final de tudo o que aconteceu.

Então são essas as duas perguntas que eu gostaria de fazer. Primeiro, sobre a questão objetiva dos recursos envolvidos nessa obra, a sua origem; segundo, a questão dirigida ao Dr. Francisco José Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Está anotado, Deputado Edson Aparecido.

Peço licença aos convidados para ausentar-me para participar de uma audiência pública, às 14h30min, sobre as Olimpíadas.



Solicito ao Deputado Edson Aparecido que assuma a Presidência e conclua a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Tem a palavra para as primeiras respostas o Sr. César Cassol.

O SR. CÉSAR CASSOL - Sr. Presidente, Deputado Devanir Ribeiro, do PT de São Paulo, respondendo às suas perguntas sobre os meus conhecimentos a respeito de usinas e obras, já mencionei isso no início da minha explanação. Há poucos dias houve o maior apagão do Brasil, que afetou Rondônia, e a nossa hidrelétrica, em 20 minutos restaurou o sistema em Pimenta Buena, Espigão, Primavera, naquela região. Eu estava em Porto Velho e, por telefone, acionei toda a minha equipe e, em 20 minutos, a energia estava restaurada, o que no resto do Brasil levou várias horas. Isso demonstrou minha competência de administrar, de gerenciar, de operar a distância, inclusive.

Outra experiência. A ANEEL, tendo aprovado a construção de todas as usinas, fiscaliza-as mensalmente. Graças a Deus todas estão em perfeito estado, e temos cumprido todas as exigências. Já tivemos problemas com usinas, sim, mas de pequena monta, não com esse vulto. Infelizmente isso ocorre com terceirizados. Houve um pequeno problema na Usina de Canal, mas fechou-se a comporta e fez-se o conserto. Algum problema é natural que ocorra, Deputado. Trabalho com hidrelétrica desde 1989, há 20 anos.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Eu fiz essa pergunta a V.Sa. não quanto ao fornecimento de energia, mas quanto ao conhecimento da obra, até porque se gerou e produziu energia, a usina funciona. Mas V.Sa. participou do certame e perdeu.

O SR. CÉSAR CASSOL - Nobre Deputado, sobre a questão da perda da concorrência, informo que eu não entrei concorrendo porque, segundo as normas da ANEEL, segundo a regra do jogo, até o ano passado, prevaleceria quem possuísse as terras. Quando fui lá para analisar aquele aproveitamento, pessoalmente e com topógrafos e engenheiros, verifiquei que outras pessoas já haviam comprado as terras; e quem possuísse as terras teria prioridade na aprovação do projeto pela ANEEL. Hoje a ANEEL mudou o jogo. Hoje, quem faz o inventário e o estudo, de dezembro para cá, tem preferência. Então, mudaram as normas. Então quem



possuía as terras tinha prioridade, sendo assim, eu não iria fazer gastos com a confecção de um projeto básico para um empreendimento desse vulto, que custaria alguns milhões de reais. Então, eu não concorri, portanto não perdi. Simplesmente não concorreremos.

Inclusive, a ANEEL apertou o cerco em relação a projetos de usinas depois do rompimento dessa barragem. Ficou ruim para Rondônia, para o País. Isso é um desgaste para todos nós.

Quanto ao meu conhecimento, as usinas que foram por nós construídas estão operando e foram fiscalizadas pela ANEEL. Havia engenheiros projetistas e engenheiros de campo, o chamados residentes. Eu comandava, mas sempre ouvindo o engenheiro. Todas as usinas operam normalmente. Então, creio que esse é um bom conhecimento em termos de construção de usinas, de execução de barragens, pequenas barragens, pequenas PCHs. A segunda maior usina de Rondônia em operação, hoje, é a Hidrelétrica Primavera, da qual sou o maior acionista — a primeira é a Samuel —, que comandeï desde o início do projeto, desde o simpósio em Cortado até hoje, graças a Deus.

Peço permissão para ausentar-me, pois tenho horário de vôo para Rondônia. Há ainda alguma dúvida?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Pergunto aos Srs. Deputados se tiveram suas questões respondidas pelo Dr. César Cassol. *(Pausa.)*

Então agradeço a V.Sa. a presença e o depoimento em nome da Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. CÉSAR CASSOL - Estarei à disposição sempre que for chamado. Obrigado.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Sr. Presidente, já que vão falar o Promotor e o perito, solicito que eles aprofundem um pouco a discussão sobre a seguinte questão: foi dito aqui que o laudo foi finalizado, mas não é conclusivo. Se ele foi finalizado, deve ele conter algumas ponderações. Não é conclusivo no entendimento da Schahin, porque acredita que o laudo não lhe é favorável. Isso foi o que se deu a entender. Então, eu gostaria que o assunto fosse mais explorado.

[P48] Comentário: Sessão:2127/09
Quarto:60 Taq.:Stella Maris Rev.:



O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sra. Deputada, só para esclarecer, há dois laudos diferentes e eu me referi ao laudo que a Schahin contratou — o outro laudo é judicial.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Exatamente, mas o laudo que a Schahin contratou relaciona os erros ocorridos, e a Schahin considera o laudo não conclusivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Vou fazer o seguinte, vou passar a palavra para que cada depoente possa responder e inclusive abordar as questões levantadas pela Deputada Solange Almeida.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Sr. Presidente, se me for permitido, eu gostaria apenas de fazer uma observação muito breve. No momento em que foi distribuído o laudo elaborado pelo Eng.º Francisco, perguntei-lhe sobre o laudo e o acesso a esse laudo, porque não foi disponibilizado para nossa consulta pelo Ministério Público. O escritório de advocacia acompanha esse projeto não conseguiu ter esse laudo oficialmente para que o analisássemos. Solicitei então ao Eng.º Francisco, tomei a liberdade de solicitar à Comissão ou a ele pessoalmente que nos ceda uma cópia para que fosse analisado.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - O laudo a que me refiro não é o do Dr. Francisco, mas sim ao laudo feito pelo Luiz Guilherme, solicitado por vocês.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Sobre esse laudo eu respondi ao Deputado.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - É sobre esse laudo que eu gostaria que eles se reportassem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Vou conceder a palavra ao Sr. Francisco José Silveira para as respostas, em seguida terão a palavra o Sr. Paulo Fernando Lermen e, finalmente, o Sr. João Alberto Nogueira.

O SR. FRANCISCO JOSÉ SILVEIRA PEREIRA - Em primeiro lugar, eu gostaria de responder a pergunta do Deputado Devanir Ribeiro sobre minha formação profissional. Sou engenheiro civil formado pela Universidade Federal do Paraná, especializado em obras hidráulicas e engenharia ambiental, com mais de 40 anos de experiência na área. Coordenei o Plano Diretor de Brasília, todos os projetos de infraestrutura de abastecimento de água e de esgoto. O Sistema do



Descoberto e o Sistema de Santa Maria são de minha autoria. Fui professor da UnB durante 8 anos, lecionei para mais de 800 alunos da engenharia civil e para cerca de 200 médicos, pois também dei aula no Departamento de Medicina.

Na Região amazônica, aos 23 anos, trabalhei na ELETRONORTE e coordenei a implantação da Usina de Samuel. Coordenei os trabalhos de inventário, participei de todas usinas da ELETRONORTE, a exemplo de Tucuruí e Balbina. Tive essa experiência na Região amazônica, bastante significativa na questão ambiental. Também implantei a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia, de que fui o primeiro Secretário de Estado da área ambiental. Tenho cerca de 400 projetos de infraestrutura executados em todo o País, no Paraná fiz o planejamento de 47 cidades na parte de abastecimento de água e obras de controle de erosão urbana, inclusive a Cidade de Foz do Iguaçu,

Recentemente, em Rondônia, coordenei os trabalhos de análise ambiental nos empreendimentos do Rio Madeira, contratados através do Ministério Público, trabalho que fiz acompanhado de cerca de 35 cientistas. Esses trabalhos renderam toda aquela polêmica na época do licenciamento ambiental das usinas do Rio Madeira, culminando na saída da Ministra Marina Silva.

Com relação à prestação de serviços para o grupo — essa pergunta foi feita por V.Exa. e também pelo Deputado Edson Aparecido —, tanto a empresa CEBEL como a empresa Schahin eram por mim desconhecidas até o momento em que fui designado pelo juiz para efetuar essa perícia. Nunca executei trabalhos, não conhecia, nunca na vida havia ouvido falar na CEBEL em minha vida, passei a conhecê-la no momento do acidente e quando fui designado pelo Juiz. Não prestei e não presto serviço para essas empresas.

A Deputada Solange Almeida se referiu aos desenhos das “*As Built*”. Existe uma grande polêmica porque há uma série de contradições nos próprios quesitos que foram encaminhados através do Juiz ao consórcio construtor. Queríamos saber dos desenhos da “*As Built*”. No decorrer daquele ano, quando foi feito o laudo preliminar, a partir daquele momento, solicitamos os desenhos “*As Built*”. A Schahin informou — e está documentado no processo judicial — que os próprios desenhos do projeto executivo eram os desenhos “*As Built*”, mas no projeto executivo não constava uma série de dúvidas que levantamos, entre elas a questão dos drenos



laterais do vertedouro. Posteriormente, foram encaminhados os desenhos — os chamados “*As Built*” —, mas esses desenhos foram confeccionados em fevereiro de 2009, portanto mais de um ano após a conclusão da obra.

Dessa forma, desqualificamos a entrega desses desenhos, porque os desenhos “*As Built*” deveriam estar à nossa disposição. É evidente que eles são confeccionados na medida em que a obra avança. Mas na ocasião do acidente, ou logo após, esses desenhos já deveriam existir. O próprio consórcio construtor confirmou que os desenhos “*As Built*” eram o próprio projeto executivo — e isso está no processo.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Não perguntei por maldade, mas surgiu uma dúvida em minha mente, porque às vezes a pessoa que se coloca como perito é amigo do Juiz, mas não é o caso, pois V.Exa. tem um currículo bom. O que o senhor fez aqui em Brasília está funcionando bem.

O SR. FRANCISCO JOSÉ SILVEIRA PEREIRA - Muitos dos senhores aqui podem conferir que, inclusive nos órgãos, ANEEL e na ANA, há vários ex-alunos meus, durante o tempo em que fui professor, que hoje ocupam cargos de diretoria. São filhos de políticos e de governadores que aqui estavam. E ajudei a implantar na UnB a área de Engenharia Ambiental. Tive uma participação bastante significativa na UnB durante o período em que lá estive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Há ainda alguma dúvida?

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Em Rondônia, o ilustre Dr. Francisco é conhecido como Chico Natureza, dado seu envolvimento com as questões ambientais. Quero aqui referendar o currículo dele. Somos pioneiros em Rondônia, ele é um dos que foi para lá com a ELETRONORTE e tem uma folha de serviços prestados ao Estado das mais relevantes. É uma pessoa que tem toda a consideração da Justiça, do Ministério Público. É um homem extremamente competente. Portanto, quero fazer este registro.

Quero fazer-lhe uma pergunta, Dr. Francisco, e claramente V.Sa. tem condição de responder. **O** que aconteceu: foi um erro de projeto ou foi negligência na parte da construção ou foram ambos?

O SR. FRANCISCO JOSÉ SILVEIRA PEREIRA - O laudo é bastante... Nós fizemos um relato, ao longo desse laudo, e levantamos questões relacionadas ao



projeto executivo, de autoria da Solosconsult. Desde o início, estávamos preocupados com a concepção do projeto. Talvez a concepção não tenha sido a mais feliz. É evidente que, depois do acidente, aparecem opiniões muito diferentes. Hoje, a concepção lá seria uma usina com um sistema de vertedouros de tulipa e não mais aquele vertedouro com aquele peso muito baixo.

Para fazer uma barragem mista de concreto e terra, com vertedouros convencionais, aquelas fundações, os problemas de dissipação de energia seriam problemas um pouco complexos. A opção hoje de grandes consultores que lá participaram com a nova concepção, a barragem é bem diferente, é com um sistema de tulipa, um sistema de vertedouro bastante oneroso, porém mais adequado para aquele terreno.

A nossa verificação do projeto do vertedouro, o que nós havíamos levantado devido ao pequeno peso, à grande altura do vertedouro, a relação entre peso e volume estava dentro dos limites de segurança.

Por outro lado, as falhas e, em especial, problemas de injeção, que nós questionamos no nosso laudo, as posições da cortina de injeção, os problemas da ausência dos drenos em vertedouros daquela altura, essas falhas foram muito sérias em termos de concepção de projeto; e mecanismos da auscultação, mecanismos de acompanhamento do que estava se passando no caso do vertedouro. A barragem tinha toda essa instrumentação. Porém, o vertedouro não tinha nada em termos de instrumentação. O acidente ocorreu em um ponto crítico do chamado rachão, uma grande depressão do terreno, preenchida de forma indevida com material, sem a concepção de um filtro invertido. Todo o acidente ocorreu a partir do rachão quando o vertedouro se elevou, as fugas de água, o processo de *piping* estava ocorrendo nesse ponto de vertedouro. Isso foi um problema construtivo.

Então, nós poderíamos afirmar que existem, sim, falhas na concepção. Polemicamente, inclusive, procuraram mostrar que havia aqueles drenos, mas nós constatamos que aqueles drenos realmente, por informações que nós havíamos obtido por fotografias também, eles não foram executados. Aquelos drenos foram concebidos *a posteriori*. Foram construídos, sim, drenos ligando o rachão, o Módulo 7 e 8 até o pé do vertedouro.



Então, a nossa conclusão é, sim, que a responsabilidade... O projetista tem a sua responsabilidade, sim. Mas o projetista estava diretamente com o consórcio consultor, embora o contrato estivesse sendo pago pela CEBEL, mas ele estava e deveria estar acompanhando. No caso do surgimento do rachão, o projetista deveria estar lá para ver a concepção, o que ele iria fazer com aquela depressão no canal do vertedouro, qual seria a solução. Ele deveria ter sido chamado, deveria ter ido lá. O projetista só esteve lá, o Dr. Rubens, informação que nós obtivemos, quando da ocasião do acidente.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Muito bem. Onde eu posso concluir, portanto, segundo... Houve erro no projeto e houve negligência na construção.

O SR. FRANCISCO JOSÉ SILVEIRA PEREIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Perfeito. Estou satisfeito. Depois eu tenho uma pergunta a fazer ao ilustre Promotor, mas quando ele começar a responder a dos outros Deputados, eu farei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - O senhor já encerrou?

O SR. FRANCISCO JOSÉ SILVEIRA PEREIRA - Não sei se eu consegui responder a ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Então, vamos prosseguir, então. Agora, o Promotor de (*ininteligível*)...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Só uma questão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Deputado Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Disse que houve erro no projeto. Qual foi o erro do projeto, o senhor podia explicar? O ponto principal, o ponto fundamental.

O SR. FRANCISCO JOSÉ SILVEIRA PEREIRA - A concepção do vertedouro obrigaria necessariamente a ter um sistema eficiente de drenos. Porque você tinha... A concepção da barragem estava correta. O sistema de drenagem da barragem estava correto, embora nós tenhamos constatado problemas de compactação *a posteriori* nos trabalhos que fizemos lá de SPT, com sondagem, a compactação não estava adequada daquilo que restou da barragem. Tudo bem.



Por outro lado, no vertedouro, desde o início nós havíamos questionado a ausência de drenos numa obra daquele tamanho, com aquela altura... O vertedouro com 20 metros em alguns trechos, com aterros dos 2 lados. Não tinha sistema de drenagem. Depois surgiu: tinha drenos, e essa história acabou mostrando no desenho, no “*As-Built*”, a existência de drenos. Só que nós constatamos que os drenos não foram executados. Inclusive a própria fotografia mostra que eles foram executados, sim, os drenos que nada têm a ver com aqueles lá da concepção que foi mostrada no desenho do “*As Built*”: foram construídos no trecho correspondente ao Módulo 7 e 8, o pé do vertedouro de água que estava escoando do trecho do rachão.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E esse é ponto principal, na sua concepção?

O SR. FRANCISCO JOSÉ SILVEIRA PEREIRA - Sim. Um dos pontos principais. Porque o acidente ocorreu, foi testemunhado, e não foi por leigos; foi testemunhado por mais de meia dúzia de engenheiros — inclusive os melhores profissionais estavam lá quando a barragem rompeu.

Então, o acompanhamento mostrou bem claro que o que rompeu não foi a barragem; rompeu primeiro o pé do dique, que se levantou e começou a fuga de água, o vazamento cada vez maior no entorno. O dique está bem descrito no nosso laudo. Posteriormente, o vertedouro elevou-se no trecho do rachão, seguindo pela própria estrutura da barragem. Então, esse fato foi muito bem testemunhado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Eu posso apenas pegar o gancho. V.Sa. falou do erro do projetista e da negligência do consórcio. Na negligência do consórcio — e negligência é uma palavra bastante ampla —, onde é que se encontra o erro? Na utilização do material? Na execução do projeto como estava, sem se aperceber de que o projeto estava errado? Onde é que há negligência?

O SR. FRANCISCO JOSÉ SILVEIRA PEREIRA - O nosso laudo apresentado mostra que houve... O grande problema foi a parte do... Surgiu no rachão, no trecho, na depressão correspondente ao pé do vertedouro, preenchida com material pétreo, sem a criação de um filtro invertido. Dali já estava havendo um processo de *piping*, que era o carreamento, infiltração de água carregando material sólido. Isso deve ter



se agravado, só que não foi percebido a não ser quando se tornou evidente, quando, no pé do vertedouro, começou a ocorrer, porque, durante a construção — tem umas fotos do nosso laudo mostrando que já estava havendo um *piping* —, a água já estava saindo barrenta, mostrando que estava havendo carreamento de material particulado.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Isso quanto tempo antes da erosão total?

O SR. FRANCISCO JOSÉ SILVEIRA PEREIRA - Essas fotos foram, acho, alguns meses antes da conclusão dos vertedouros.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - E a fiscalização não foi lá para tomar nenhuma providência no sentido de paralisação?

O SR. FRANCISCO JOSÉ SILVEIRA PEREIRA - Isso aí talvez tenha sido... Eu não posso... Isso aí teria que ser por parte da fiscalização para fazer essa...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Enfim, eu continuo insistindo: a negligência se deu por não perceber esse carreamento do material, se deu pela utilização de material não devido, ou por erro do projeto, ou execução errada do projeto?

O SR. FRANCISCO JOSÉ SILVEIRA PEREIRA - A nossa constatação é que houve realmente uma falha na construção, na concepção, para essa solução, do projeto.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Do projeto?

O SR. FRANCISCO JOSÉ SILVEIRA PEREIRA - Não seria projeto. Era evidente que o projeto executivo... Subentende-se que, durante a execução de uma hidrelétrica, à medida que surgem problemas no campo, nós fazemos uma série de sondagens, mas quando nós fazemos a escavação, surgem situações que nós não havíamos detectados na sondagem. Daí o projetista ter de estar presente para fazer ajustes no projeto executivo.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - O projetista e os executores. Estão juntos.

O SR. FRANCISCO JOSÉ SILVEIRA PEREIRA - Sim, mas o que aconteceu é que não houve essa preocupação. O projetista não participou na solução do problema da fuga de água na região do rachão. E...



O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, eu posso ouvir a versão da empresa, pelo menos de uma empresa que esteja aqui representando o consórcio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Por favor, acho que não há impedimento algum. ☐ Dr. Antônio poderia responder.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sobre esse mesmo assunto, o perito informa, e deve ter assinado no seu laudo, que houve negligência por parte da empresa. Eu perguntei se foi por aplicação rigorosa do projeto que, segundo ele, também apresentava irregularidade, erro, ou se foi pelo material utilizado, material indevido, ou se foi por falta de perceber o escoamento de material que já se dava. Quero saber se a empresa tem condição de se defender disso.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Deputado, agradeço pela oportunidade.

Obviamente que a Schahin atua, nos seus projetos, conforme a boa prática da engenharia.

Inicialmente, quero descartar a possibilidade de material inadequado, vamos dizer, a pretexto de reduzir custo ou coisas dessa natureza, até porque muitos desse materiais, da mesma forma que o projetista, também eram pagos direto pela CEBEL, pelo contratante. Como eu disse aqui, no início da minha exposição, havia fiscalização na obra. Eram 2 engenheiros do proprietário, 2 engenheiros da CEBEL, que inclusive assinavam os diários de obra e faziam o acompanhamento, faziam a interface da obra entre o consórcio construtor e a CEBEL.

Nós nunca recebemos ou não tivemos notícia de algum comunicado dessa fiscalização, discordando do método ou da forma como as coisas estavam sendo executadas.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - O Deputado Moreira Mendes havia solicitado anteriormente. Depois passo a palavra a V.Exa., Deputado Macris.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Obrigado, Sr. Presidente. Eu não estava inscrito. Apenas pedi. Eu só quero agradecer a V.Exa. por ter permitido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Perfeito.

[p51] Comentário: Sessão:2127/09
Quarto:64 Taq.:Maria Lílian Rev.:



Deputado Vanderlei Macris.

O SR. FRANCISCO JOSÉ SILVEIRA PEREIRA - Só um esclarecimento aqui.

A ocorrência desse rachão teria que necessariamente estar gravada no “*As-Built*”, deveria constar no “*As-Built*” uma ocorrência, uma alteração de fundação significativa. No “*As-Built*” apresentado não existia nenhum rachão.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Só para deixar claro também que a RT é da construtora e não da contratante. A Responsabilidade Técnica da obra é da construtora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Deputado Macris.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Mas no “*As-Built*” teria que ter, e a fiscalização teria que ter para comprovar também. Teria que perguntar. A fiscalização engloba tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Vamos dar prosseguimento. Deputado Macris, Deputado Moreira Mendes e, finalmente, João Magalhães.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu precisei, Sr. Presidente... Pois não.

O SR. FRANCISCO JOSÉ SILVEIRA PEREIRA - Só um minutinho. É importante que... O próprio professor Luís Guilherme Melo, uma das maiores autoridades brasileiras, ele questionou esse problema do rachão, a maneira como foi preenchida, isso no próprio relatório da Schahin.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu precisei participar de um compromisso em outra Comissão, me ausentei por alguns instantes, mas eu queria ter a oportunidade de fazer algumas indagações aqui, até por informações que tive que acho que gostaria... Seria muito importante que nós tivéssemos essas respostas em função desse acontecimento.

O objetivo da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle é exatamente esclarecer a verdade e tirarmos uma conclusão final desse processo, do qual evidentemente tanto a sociedade quanto os interessados, seja a Justiça, seja a própria empresa, seja o Ministério Público, e mais especificamente a sociedade demanda um esclarecimento.



Agora, quero endereçar minhas indagações ao Sr. Antônio Castilho. Tenho 6 perguntas a fazer. Vou dividi-las em 3 blocos. Se o senhor pudesse anotar, Sr. Antônio. Seria importante eu ter esses esclarecimentos.

Primeira questão: onde exatamente ocorreu o acidente? Foi a barragem que rompeu? Essa é uma pergunta específica. Foi a barragem que rompeu?

Segunda: houve alguma mudança no projeto durante a execução da obra? Acho importante também ter essa resposta porque, muitas vezes, o projeto é alterado, e isso acontece em qualquer circunstância de obra que seja realizada. Houve ou não alguma alteração de projeto nessa obra? Se houve, quem teria sido a pessoa determinante dessa alteração, quem teria dado a ordem para essa mudança? O consórcio tinha força para determinar que caminho seguir, *etc.*, em relação a esse projeto?

Terceira pergunta — o senhor responderia essas 3 e depois faríamos um segundo bloco —: o vertedouro que cedeu pode ser recuperado? Há um processo de recuperação do vertedouro? Se recuperado, teria de ser realizado por um novo projeto?

Para finalizar o primeiro bloco, a alteração realizada no projeto, na verdade, teria sido a causa essencial do acidente? Se positiva sua resposta, poderia ter sido qualquer tipo de alteração no projeto o mote principal do acidente?

Gostaria que as 3 perguntas fossem respondidas pelo representante do consórcio, o Sr. Antônio Castilho.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Antes da resposta do Dr. Antônio, quero pedir ao pessoal técnico que coloque uma meia dúzia de fotografias, porque vou esclarecer esse assunto definitivamente, inclusive dando aqui a data em que foi constatado verdadeiramente o problema, que foi um dia antes do rompimento. Isso está muito claro nas fotografias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - É possível, Deputado Moreira Mendes, o Dr. Antônio responder ao Deputado Macris...

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - É que a resposta dele está nas fotografias.

[P52] Comentário: Sessão:2127/09
Quarto:65 Taq.:Nini Rev.:



Aliás, o Dr. Antônio já disse que não entende nada de engenharia e que qualquer resposta que ele der aqui não é de sua área. A não ser que ele possa responder agora, quando convém à companhia.

Eu queria que ele me respondesse se é possível colocar.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu fiz uma pergunta ao Sr. Antônio Castilho. Se ele não puder responder, Sr. Presidente, eu gostaria que viesse uma resposta por escrito da empresa ou do consórcio para esta Comissão.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu fiz uma pergunta. Se ele disser que se considera não habilitado a responder, acho que o consórcio deve uma explicação sim. Ou diga depois, inclusive, através de um documento, se ele não puder responder. Mas que nos dê uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Perfeito.

Vou encaminhar.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Acho que é importante esclarecer a questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Dr. Antônio, o senhor pode responder agora aos questionamentos do Deputado Macris.

Em seguida, faremos o encaminhamento do Deputado Moreira Mendes, com a exposição das fotos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu queria depois finalizar com mais 3 perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Perfeito.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Sr. Deputado, como já dito aqui, apesar da falta de qualificação para determinadas questões, fica o nosso compromisso de apresentar, por escrito, respostas a todos os questionamentos que não forem respondidos aqui nesta ocasião.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Muito obrigado.



O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Então, como já dito aqui, a origem do problema foi no vertedouro. Dentro do projeto, a origem do problema está no vertedouro, conforme dito aqui, há pouco, pelo engenheiro Francisco Pereira.

Houve mudança no projeto? Houve sim. Aconteceram algumas mudanças no andamento do projeto, inclusive no vertedouro.

Quem determinou...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Só um segundo. O projeto original foi feito por quem?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - O projeto original... Puxa vida, Deputado, acredito que pela própria Solosconsult.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Muito bem.

E essa alteração feita no projeto? O senhor disse que houve alteração.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Essa alteração foi feita pelo sócio do empreendimento, na ocasião...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quem era o sócio?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - ...pelo Flávio Miguez. Existe documento, existem atas a respeito dessa...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quem é esse Flávio Miguez?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Flávio Miguez é um engenheiro do ramo de barragens, de hidrelétricas, de PCHs, uma pessoa muito conhecida nessa área. Como eu disse anteriormente, se não me falha a memória, ele é ou foi Presidente da Associação Brasileira de Grandes Barragens. Esse é o nosso cliente.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Hã, hã.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Foi ele que determinou essa...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Alteração no projeto.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - ... alteração no projeto.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Foi um fato determinante, na sua concepção?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Deputado, como já disse, para o consórcio construtor não existe ainda uma conclusão definitiva sobre o assunto.



Então, na mesma linha que não culpamos o projetista ou culpamos... Isso também não está determinado, pelo menos naquilo que nós levantamos até o momento sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O consórcio tinha ou não autoridade para fazer mudanças no projeto?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Olha, essa autoridade é questionável, até porque em uma ata que existe a respeito desse assunto — vou tentar me lembrar exatamente —, o engenheiro Flávio Miguez expressa que deverá ser feito de tal maneira, assim, assim, assim, assim.

Essa ata também pode ser disponibilizada, não tem nenhum problema.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Só pela oportunidade.

Depois do acidente, com quem o consórcio tratou para a continuidade da obra?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Depois do acidente, veja bem, nós tivemos inicialmente aquela composição acionária, como eu disse no início, que era o Sr. Guilherme Medeiros Dias e o Sr. Raul Mota Filho. Depois, nós tivemos 4 técnicos, que eram sócios minoritários...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - De qual empresa?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Da empresa CEBEL, a empresa contratada...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E eles eram responsáveis pelas negociações?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Na ocasião da contratação, sim.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Responsáveis pelas negociações do consórcio?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Pelas negociações do consórcio.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Está bem.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Depois houve mudança na composição acionária da CEBEL — como dito aqui pelo Sr. João Nogueira. Foi quando se apresentaram: o próprio Sr. João Nogueira, que eu conheci naquela época, apresentado como Diretor da empresa Gallway, a proprietária da CEBEL; o



Sr. Lutero Castro, também Diretor da Gallway, e o Sr. Lúcio Bolonha Funaro, como representante dessa empresa.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Deputado Macris...

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - Sr. Presidente, gostaria de ouvir logo o Promotor, porque preciso ir para o plenário. Estou aqui desde 10h30min, e preciso ir ao plenário, porque o líder do meu partido já está me chamando.

Gostaria de ouvir o Promotor, porque fiz perguntas, para que eu possa me ausentar.

Desculpa, Deputado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Tenho só mais 3 perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Vou conceder a palavra ao Deputado Macris. Depois, ao Moreira Mendes, que solicitou uma apresentação das fotos. Em seguida, vamos dar continuidade a todas as respostas aqui feitas pelos Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu vou ser bem objetivo, Sr. Presidente, para ganhar tempo.

Depois do acidente, quais foram as medidas que o consórcio construtor tomou? Alguém se machucou? Os feridos foram por quem atendidos? Houve ação nesse sentido por parte do consórcio?

Só para darmos seguimento e fecharmos essas perguntas ao Sr. Antônio.

É possível recuperar a obra?

Outra pergunta: o consórcio retomou as obras? A obra está parada? Quem é o responsável pela conclusão das obras? O seguro cobriu os prejuízos do acidente? Quem era o responsável por pagar o seguro?

São as perguntas que eu gostaria de ver respondidas.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - O senhor vai me desculpar, mas eu perdi a sequência.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu tentei ser rápido.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - É que o senhor acrescentou algumas outras.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quais foram as medidas que o consórcio tomou depois do acidente? Alguém se machucou? As pessoas foram atendidas pelo consórcio? É possível recuperar essa obra? O consórcio retomou as obras? Se ela está parada ou não? Quem é o responsável pela conclusão das obras? O seguro cobriu esses prejuízos? Quem era o responsável por pagar o seguro?

Sr. Presidente, eram estas as questões.

Dou-me por satisfeito em relação às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Perfeito.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Quais foram as medidas tomadas pelo consórcio logo após o acidente?

Embora dito aqui da ausência do consórcio neste processo, nós também temos uma posição contrária a isso. Existe um relatório sobre todas as medidas, um relatório cronológico das ações efetuadas, das pessoas que participaram, de pontes construídas. Isso tudo faz parte de um documento encaminhado posteriormente. E esse documento gerou uma conta. Aí o consórcio achou por bem, entendendo que ele faz parte dos segurados nesse processo, encaminhar a conta à seguradora para ser ressarcido dessas despesas, as quais estão em torno de 1 milhão de reais gastos em medidas emergenciais.

Houve, sim, a participação do consórcio, e isso está perfeitamente documentado.

Quanto ao vertedouro, ele pode ser recuperado? Eu acredito que não. Isto, na minha opinião, porque a reconstrução desse projeto naquele local, considerando que ele continua sob embargo do Ministério Público, demanda outras providências, ou seja, aprovações de novos projetos e de novas licenças, envolvendo todas as instâncias, como o IBAMA, a ANEEL.

O consórcio chegou a elaborar um plano de reconstrução da obra, inclusive com orçamento para isso, mas sequer chegou a ser discutido com o cliente.

O consórcio continuou na obra? O consórcio teve o contrato rescindido no dia 13 de março unilateralmente. Então, no dia 13 de março, nós recebemos uma correspondência da CEBEL rescindindo o contrato. Nós, evidentemente, respondemos a essa correspondência não concordando com a posição. O consórcio

[P54] Comentário: Sessão:2127/09
Quarto:67 Taq.:Viviane Rev.:



entende que ele não só faz parte dos segurados nesse processo, como tem direitos a receber.

E o seguro? Toda a parte de seguros foi conduzida pela CEBEL ou pelo corretor da CEBEL, nomeado na época, com sede no Rio de Janeiro — se não me falha a memória, no mesmo endereço, na Rua da Quitanda. Acho que era o mesmo endereço da CEBEL.

Existe uma ação em andamento da CEBEL sobre o assunto, uma ação contra a AIG Unibanco. Na ocasião, contratamos uma assessoria, a Anhumas, de São Paulo, empresa também especializada em sinistros dessa natureza para que fizesse o acompanhamento por parte do consórcio.

Até o momento, não houve nenhum ressarcimento pela seguradora para os prejuízos que tanto o cliente quanto o consórcio tiveram com esse projeto.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quem está demandando essa questão é a CEBEL?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - A própria CEBEL.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor tem os dados desse processo? É possível serem remetidos à Comissão?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Eu não tenho os dados do processo, mas eu acho que...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Será que a CEBEL teria?

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - ... eu acho que, desde requisitados, podem ser apresentados.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O Sr. João Alberto poderia responder? Existe essa...

O SR. JOÃO ALBERTO NOGUEIRA - O assunto está em litígio e está entregue a um escritório especializado em Direito, em São Paulo, e nós podemos providenciar a documentação para a Comissão assim que for solicitado...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Se pudesse, eu gostaria muito, Sr. Presidente, que fossem solicitadas essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Perfeito.

O Dr. Antônio já encerrou?



O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - O senhor me desculpe, Sr. Presidente, às vezes, eu me perco um pouco na sequência, talvez por falta de habilidade. Mas acredito que respondi a tudo. Se houver alguma dúvida...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Indago ao Deputado Moreira Mendes se gostaria ainda que houvesse a exposição das fotos. Em seguida, passaria a palavra ao Promotor...

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Isso, mas antes eu quero deixar registrada uma pergunta ao ilustre Dr. Paulo, porque, lamentavelmente, vou ter que presidir uma Comissão Especial aqui ao lado.

Quero agradecer ao Dr. Paulo a gentileza de ter vindo aqui e dizer que foi publicado no *Correio de Notícias*, de Vilhena, na edição de 13 a 19 de novembro, agora — que já entreguei ao Secretário para fazer juntada —, uma notícia que dá conta de que o Ministério Público já entrou com ação civil pública para obter o ressarcimento dos danos ambientais e uma série de outras medidas.

Quero fazer uma pergunta ao Dr. Paulo: além das medidas da ação civil pública, existe algum procedimento criminal instaurado contra quem quer que seja? Apenas para ficar registrado e para, posteriormente, podermos requisitar informações.

Quero também aproveitar este momento para fazer um requerimento: solicitar ao Dr. Antônio que fizesse a juntada aqui, além das respostas não concluídas que serão enviadas posteriormente, salvo engano, de um *e-mail* do Sr. Fábio Miguez...

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - Flávio...

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Flávio.

O SR. ANTÔNIO MARCHIONI CASTILHO - São trocas de correspondências.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Isso, se o senhor pudesse também encaminhá-las para juntarmos ao processado e irmos formando...

(Apartes paralelos fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - ... e também muito importante, bem lembrado pela Deputada, o diário de obras. Nós precisamos desse documento, porque ele é fundamental para a Comissão.

[P55] Comentário: Sessão:2127/09
Quarto:68 Taq.:Viviane Rev.:



Peço licença à Presidência e aos nossos convidados de Rondônia, porque rapidamente vou presidir uma Comissão Especial aqui ao lado que irá escolher um vice-presidente. Acho que ainda volto, mas gostaria muito de conversar com os nossos companheiros de Rondônia.

Vou aqui, ao lado, e volto já. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Perfeito.

Antes de dar a palavra ao Dr. Paulo, informo aos Parlamentares que teve início a Ordem do Dia. Então, regimentalmente, apenas para ouvir as respostas...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM.- Sr. Presidente, eu iria dizer a V.Exa: se somos tolerantes com o Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - ... e encerrar então esta reunião.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - ... já iniciada a Ordem do Dia, Sr. Presidente, temos que encerrar. É regimental, não podemos abrir mão disso.

Sr. Presidente, inclusive estamos perdendo... É lógico que ganhamos com esta audiência pública e devemos agradecer a esse pessoal que veio de tão longe, atendendo à iniciativa do Deputado Moreira Mendes, bem como a essas pessoas ilustres do Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, hoje talvez seja a última reunião para aprovar as emendas de Comissão que serão enviadas à Comissão de Orçamento. Se não o fizermos, será a primeira vez que deixaremos de enviar as emendas de Comissão para o Orçamento.

Amanhã será um dia difícil de *quorum*. Terça-feira é o último dia, e não sei se alcançaremos...

Sr. Presidente, concordo com V.Exa., mas o Regimento é claro: iniciada a Ordem do Dia, a reunião, esteja onde estiver, é suspensa.

Perdoe-me, Sr. Presidente, estou cobrando o Regimento. Tudo o mais pode ser respondido por escrito pelo Promotor.

A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA - E eu vou cobrar um pouquinho, querido Deputado Simão Sessim, porque é uma questão de consideração com as pessoas do meu Estado, pessoas que vieram de longe e estão até agora sem comer nada. Não se ausentaram, não levantaram da cadeira. Que elas possam portanto ouvir as considerações finais, para, em seguida, encerrarmos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Vou encaminhar da seguinte maneira: nós...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Vou atender a Deputada Solange Almeida em relação às considerações finais, mas somente considerações finais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - No início, quando presidi a primeira parte desta audiência pública, dissemos exatamente isto, que iríamos fazer um processo exaustivo para ouvir tanto os expositores como os Deputados, mas que seríamos rigorosos no cumprimento do Regimento.

Vou conceder então um minuto, em relação à referência feita pelo Deputado Moreira Mendes, ao Dr. Paulo para responder. Quanto aos demais questionamentos feitos pelos Deputados, se toda a Comissão concordar, peço aos expositores que nos envie as respostas por escrito para serem incorporadas aos Anais desta Comissão.

Então, Dr. Paulo Fernando, V.Sa. tem 1 minuto para fazer considerações em relação à observação do Deputado Moreira Mendes. Em seguida, **vou encerrar a presente** reunião de audiência pública.

O SR. PAULO FERNANDO LERMEN - Quanto ao que disse o Deputado Moreira Mendes sobre a área criminal, posso afirmar que está quase pronta a denúncia em relação às pessoas responsáveis.

Só lamento que, e foi até uma sugestão deste Promotor de Justiça que todo dia labuta no Direito, em relação ao dano ambiental, apesar de toda a degradação, a punição é comparada a derrubada de uma ou duas árvores. Isto sim tem que ser mudado. Tem-se que aumentar os anos de pena e diminuir a possibilidade de um caso desse não ir a juizado especial, onde são tratados com cesta básica, multas baixas. Temos que cumprir o que os Deputados e Senadores dizem que é a punição, certo?

Em razão disso, respondendo também ao Deputado Nelson Bornier, não podemos cassar um passaporte, nem pedir a prisão preventiva de pessoas que causam danos ambientais violentos. Hoje, a lei não nos permite. Seria o caso de modificar a lei, para que se tenha a possibilidade de chegar a esse resultado.

Quero falar ainda do TAC, citado aqui pelo Dr. Antônio Castilho, porque eu preciso defender o Ministério Público, certo? O que aconteceu? Eles só foram a uma



reunião, e temos aqui 24 cláusulas do TAC. O filho do Ministro Eros Grau nos passou que a maioria das cláusulas era sugestão da Schahin, do consórcio, mas, no dia da assinatura, eles se ausentaram, como o fizeram desde o primeiro dia do acidente.

Então, eles não ajudaram em nada e ainda estão levando a questão para o lado judicial, enquanto nós, em Vilhena, sofremos as consequências do dano ambiental e do empreendimento.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - O.K.

Mais uma vez, agradeço a todos os convidados, a todos os Srs. Deputados e dou por encerrada a presente reunião...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Não sem antes dizer que V.Exa. merece todos os elogios. Talvez esta tenha sido a reunião mais longa que tivemos aqui, e V.Exa. a presidiu com bastante competência. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Vou pedir desculpas ao Deputado João Magalhães e dar-lhe a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Apenas suspender, porque o Presidente vai continuar a reunião às 16h para aprovar as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Perfeito.

Muito bem lembrado, Deputado João Magalhães.

Vamos suspender a reunião da Comissão e retomá-la depois para a discussão das emendas.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Aparecido) - Após a Ordem do Dia.

Está encerrada a presente reunião.